



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIX Nº 003 QUARTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2014



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Deputado Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretária

Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente

Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente

Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2º Secretária

Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário

João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

1º - Magno Malta (PR/ES)

2º - Jayme Campos (DEM/MT)

3º - João Durval (PDT/BA)

4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente

Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente

Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Fábio Faria (PSD/RN)

1º Secretário

Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretário

Simão Sessim (PP/RJ)

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)

3º - Vitor Penido (DEM/MG)

4º - Takayama (PSC/PR)

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças

Diretor Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de

Plenários e de Elaboração de Diários

Zuleide Spinola Costa da Cunha

Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de

Debates Legislativos

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – ATO CONJUNTO DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Nº 1/2014.....	5

2 – ATA DA 3ª SESSÃO, CONJUNTA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2014	6
---	---

2.1 – ABERTURA	6
----------------------	---

2.1.1 – Questões de ordem

Suscitada pelo Congressista Cláudio Cajado.....	21
---	----

Suscitada pelo Congressista Moreira Mendes.....	22
---	----

2.2 – ORDEM DO DIA

2.2.1 – Item 1

Veto Total nº 47/2013, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 98/2002-Complementar (nº 416/2008-Complementar, na Câmara dos Deputados), que <i>dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal</i> . Usam da palavra os Congressistas Mozarildo Cavalcanti e Gonzaga Patriota.....	23
--	----

2.2.2 – A Presidência responde à questão de ordem suscitada anteriormente pelo Congressista Moreira Mendes.....	23
--	----

2.2.3 – Item 1 (continuação)

Veto Total nº 47/2013, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 98/2002-Complementar (nº 416/2008-Complementar, na Câmara dos Deputados), que <i>dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal</i> . Usam da palavra os Congressistas Wandenkolk Gonçalves, Ivo Cassol, José Augusto Maia e Mário Couto.....	23
--	----

2.2.4 – Questão de ordem

Suscitada pelo Deputado Danilo Forte e contraditada pelo Senador José Pimentel.....	28
---	----

2.2.5 – Item 1 (continuação)

Veto Total nº 47/2013, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 98/2002-Complementar (nº 416/2008-Complementar, na Câmara dos Deputados), que <i>dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal</i> . Usam da palavra os Congressistas Weverton Rocha, Valdir Raupp, Armando Vergílio, Oziel Oliveira, Moreira Mendes, Aloysio Nunes Ferreira e Arnaldo Jordy.....	30
---	----

2.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 1/2014-CN, de iniciativa da Liderança do Governo no Congresso Nacional, solicitando o encerramento da discussão do Veto Total nº 47/2013. Usam da palavra os Congressistas Zé Geraldo, Arnaldo Faria de Sá e Mário Couto.	34
---	----

2.2.7 – Item 1 (continuação)

Veto Total nº 47/2013, apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 98/2002-Complementar (nº 416/2008-Complementar, na Câmara dos Deputados), que <i>dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal</i> . Apreciação sobreposta	47
--	----

2.2.8 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão conjunta	48
--	----

2.3 – ENCERRAMENTO.....	48
-------------------------	----

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 31ª Sessão, Conjunta, em 17 e 18 de dezembro de 2013, publicada no <i>Diário do Congresso Nacional</i> nº 29, dos dias subsequentes.....	48
---	----

CONGRESSO NACIONAL

4 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	71
--	----

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	77
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	81
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	82
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	83
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014).....	83
Comissões Mistas Especiais.....	84
5 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	88
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	89
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/ 2011).....	93

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONJUNTO N° 1, DE 2014,

DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Moderniza as publicações oficiais dos Diários do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, e

Considerando a necessidade de modernização das publicações oficiais dos Diários do Congresso Nacional e de ambas as Casas, e

Considerando a evolução do processo legislativo eletrônico, que proporciona a edição dos Diários em meio eletrônico e a redução da publicação em papel, estabelecendo a necessidade de adaptação para o formato digital,

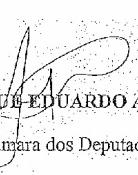
Resolvem:

Art. 1º. O Diário do Congresso Nacional, o Diário da Câmara dos Deputados e o Diário do Senado Federal passam a ser publicados conforme o disposto nos Anexos I e II do presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 12 de fevereiro de 2014.


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal


Deputado **HENRIQUE EDUARDO ALVES**
Presidente da Câmara dos Deputados

ANEXO I

LEIAUTE DAS CAPAS



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES DE PUBLICAÇÃO

Formato de Impressão: A4 – 210mm x 297mm, coluna única

Dimensões da página: Largura 210 mm x Altura 297 mm

Margens: Superior, 20 mm – Inferior, 12 mm

Fonte: Myriad Pro, Corpo 11, Cor preta.

Capa: Colorida

Numeração de páginas: Individualizada por exemplar

Ata da 3ª Sessão, Conjunta, em 18 de fevereiro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. André Vargas.

(Inicia-se a sessão às 19 horas e 52 minutos e encerra-se às 22 horas e 28 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras e dos Srs. Senadores:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

**Senado Federal
54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária**

3ª SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL

Período : 18/02/14 07:00 até 18/02/14 22:28

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PROS	TO	ATAIDES OLIVEIRA	X
PR	MT	BLAIVO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELcíDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PTB	DF	GIM	X
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGripino	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X

Partido	UF	Nome	Pres
PMDB	AP	JOSE SARNEY	X
PMDB	TO	KÁTIA ABREU	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIA	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
SDD	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X

Compareceram: 69 Senadores

É o seguinte o registro de comparecimento das Sras e dos Srs. Deputados:



Congresso Nacional
Secretaria Geral da Mesa
Lista de Presença

Data: 27/02/2014
Hora: 14:31

54ª LEGISLATURA

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA N° 003 - 18/02/2014

Inicio : 18/02/2014 19:52
Fim : 18/02/2014 22:29

Total de Presentes : 444

	Partido	Bloco
RORAIMA		
003 - Chico das Verduras	PRP	PrPtdobPrp
002 - Edio Lopes	PMDB	
004 - Luciano Castro	PR	PrPtdobPrp
625 - Marcio Junqueira	PROS	PpPros
006 - Paulo Cesar Quartiero	DEM	
007 - Raul Lima	PP	PpPros
Presentes Roraima: 6		

AMAPÁ

010 - Davi Alcolumbre	DEM
011 - Evandro Milhomen	PCdoB
012 - Fátima Pelaes	PMDB
572 - Janete Capiberibe	PSB
014 - Luiz Carlos	PSDB
017 - Sebastião Bala Rocha	Solidaried

Presentes Amapá: 6

PARÁ

018 - Arnaldo Jordy	PPS	
020 - Asdrubal Bentes	PMDB	
019 - Beto Faro	PT	
022 - Cláudio Puty	PT	
518 - Dudilmar Paxiuba	PROS	PpPros
027 - Giovanni Queiroz	PDT	
030 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Lira Maia	DEM	
029 - Lúcio Vale	PR	PrPtdobPrp
035 - Miriquinho Batista	PT	
032 - Wandenolk Gonçalves	PSDB	
023 - Wladimir Costa	Solidaried	
025 - Zé Geraldo	PT	
033 - Zequinha Marinho	PSC	

Presentes Pará: 14

AMAZONAS

038 - Átila Lins	PSD	
037 - Carlos Souza	PSD	
041 - Francisco Praciano	PT	
036 - Henrique Oliveira	Solidaried	
040 - Pauderney Avelino	DEM	
042 - Rebecca Garcia	PP	PpPros

Presentes Amazonas: 6

RONDÔNIA

642 - Amir Lando	PMDB	
615 - Anselmo de Jesus	PT	
044 - Carlos Magno	PP	PpPros
583 - Marcos Rogério	PDT	
050 - Marinha Raupp	PMDB	
049 - Moreira Mendes	PSD	
047 - Nilton Capixaba	PTB	
048 - Padre Ton	PT	

Presentes Rondonia: 8

ACRE

055 - Gladson Cameli	PP	PpPros
052 - Henrique Afonso	PV	
058 - Sibá Machado	PT	
059 - Taumaturgo Lima	PT	

Presentes Acre: 4

TOCANTINS

061 - Ângelo Agnolin	PDT	
064 - César Halum	PRB	
060 - Eduardo Gomes	Solidaried	

TOCANTINS

065 - Irajá Abreu	PSD	
066 - Júnior Coimbra	PMDB	
063 - Lázaro Botelho	PP	PpPros
620 - Osvaldo Reis	PMDB	
067 - Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	

Presentes Tocantins: 8

MARANHÃO

071 - Alberto Filho	PMDB	
068 - Carlos Brandão	PSDB	
070 - Cleber Verde	PRB	
571 - Costa Ferreira	PSC	
528 - Davi Alves Silva Júnior	PR	PrPtdobPrp
072 - Domingos Dutra	Solidaried	
567 - Francisco Escórcio	PMDB	
077 - Lourival Mendes	PTdoB	PrPtdobPrp
078 - Nice Lobão	PSD	
082 - Pedro Novais	PMDB	
079 - Pinto Itamaraty	PSDB	
081 - Professor Setimo	PMDB	
085 - Sarney Filho	PV	
585 - Simplicio Araújo	Solidaried	
084 - Waldir Maranhão	PP	PpPros
579 - Weverton Rocha	PDT	

Presentes Maranhão: 16

CEARÁ

089 - André Figueiredo	PDT	
093 - Antonio Balhmann	PROS	PpPros
092 - Ariosto Holanda	PROS	PpPros
090 - Arnon Bezerra	PTB	
094 - Artur Bruno	PT	
088 - Chico Lopes	PCdoB	
095 - Danilo Forte	PMDB	
097 - Domingos Neto	PROS	PpPros
098 - Edson Silva	PROS	PpPros
091 - Eudes Xavier	PT	
099 - Genecias Noronha	Solidaried	
100 - Gorete Pereira	PR	PrPtdobPrp
106 - João Ananias	PCdoB	
101 - José Airton	PT	
103 - José Guimarães	PT	
104 - Manoel Salviano	PSD	
590 - Mário Feitoza	PMDB	
105 - Mauro Benevides	PMDB	
102 - Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
107 - Vicente Arruda	PROS	PpPros

Presentes Ceará: 20

PIAUÍ

111 - Assis Carvalho	PT	
112 - Hugo Napoleão	PSD	
115 - Jesus Rodrigues	PT	
110 - Marcelo Castro	PMDB	
530 - Nazareno Fonteles	PT	
118 - Paes Landim	PTB	

Presentes Piauí: 6

RIO GRANDE DO NORTE

122 - Betinho Rosado	PP	PpPros
119 - Fábio Faria	PSD	
121 - Fátima Bezerra	PT	
120 - Felipe Maia	DEM	
123 - Henrique Eduardo Alves	PMDB	
124 - João Maia	PR	PrPtdobPrp
126 - Paulo Wagner	PV	
125 - Sandra Rosado	PSB	

Presentes Rio Grande do Norte: 8

PARAÍBA

131 - Benjamin Maranhão	Solidaried	
127 - Damião Feliciano	PDT	
128 - Efraim Filho	DEM	
132 - Hugo Motta	PMDB	
586 - Leonardo Gadelha	PSC	
133 - Luiz Couto	PT	
599 - Major Fábio	PROS	PpPros
130 - Manoel Junior	PMDB	
134 - Nilda Gondim	PMDB	
137 - Ruy Carneiro	PSDB	
136 - Wellington Roberto	PR	PrPtobPrp
139 - Wilson Filho	PTB	
Presentes Paraíba: 12		

PERNAMBUCO

142 - Anderson Ferreira	PR	PrPtobPrp
144 - Augusto Coutinho	Solidaried	
146 - Bruno Araújo	PSDB	
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PCdoB	
158 - Fernando Coelho Filho	PSB	
141 - Fernando Ferro	PT	
143 - Gonzaga Patriota	PSB	
145 - Inocêncio Oliveira	PR	PrPtobPrp
149 - João Paulo Lima	PT	
150 - Jorge Corte Real	PTB	
151 - José Augusto Maia	PROS	PpPros
147 - José Chaves	PTB	
153 - Luciana Santos	PCdoB	
154 - Mendonça Filho	DEM	
155 - Pastor Eurico	PSB	
554 - Paulo Rubem Santiago	PDT	
163 - Raul Henry	PMDB	
157 - Roberto Teixeira	PP	PpPros
580 - Severino Ninho	PSB	
555 - Vilalba	PP	PpPros
164 - Wolney Queiroz	PDT	
Presentes Pernambuco: 21		

ALAGOAS

596 - Alexandre Toledo	PSB	
166 - Givaldo Carimbão	PROS	PpPros
Presentes Alagoas: 2		

SERGIPE

173 - Almeida Lima	PMDB	
619 - Fabio Reis	PMDB	
176 - Laercio Oliveira	Solidaried	
177 - Márcio Macêdo	PT	
179 - Mendonça Prado	DEM	
183 - Valadares Filho	PSB	
Presentes Sergipe: 6		

BAHIA

182 - Afonso Florence	PT	
180 - Alice Portugal	PCdoB	
184 - Amauri Teixeira	PT	
189 - Antonio Brito	PTB	
191 - Antonio Imbassahy	PSDB	
192 - Arthur Oliveira Maia	Solidaried	
186 - Claudio Cajado	DEM	

BAHIA

622 - Colbert Martins	PMDB	
188 - Daniel Almeida	PCdoB	
193 - Edson Pimenta	PSD	
190 - Fábio Souto	DEM	
195 - Félix Mendonça Júnior	PDT	
185 - Geraldo Simões	PT	
187 - João Carlos Bacelar	PR	PrPtdobPrp
199 - João Leão	PP	PpPros
197 - José Carlos Araújo	PSD	
201 - José Nunes	PSD	
203 - José Rocha	PR	PrPtdobPrp
206 - Jutahy Junior	PSDB	
205 - Lucio Vieira Lima	PMDB	
204 - Luiz Alberto	PT	
207 - Luiz Argôlo	Solidaried	
609 - Luiz de Deus	DEM	
200 - Marcos Medrado	Solidaried	
210 - Mário Negromonte	PP	PpPros
209 - Nelson Pellegrino	PT	
215 - Oziel Oliveira	PDT	
214 - Paulo Magalhães	PSD	
211 - Roberto Britto	PP	PpPros
213 - Sérgio Brito	PSD	
218 - Valmir Assunção	PT	
219 - Waldenor Pereira	PT	
217 - Zezéu Ribeiro	PT	
Presentes Bahia: 33		

MINAS GERAIS

220 - Ademir Camilo	PROS	PpPros
224 - Aelton Freitas	PR	PrPtdobPrp
229 - Antônio Roberto	PV	
223 - Aracely de Paula	PR	PrPtdobPrp
221 - Bernardo Santana de Vasconcellos	PR	PrPtdobPrp
534 - Bonifácio de Andrada	PSDB	
228 - Diego Andrade	PSD	
231 - Dimas Fabiano	PP	PpPros
233 - Domingos Sávio	PSDB	
235 - Dr. Grilo	Solidaried	
230 - Eduardo Barbosa	PSDB	
242 - Eros Biondini	PTB	
238 - Fábio Ramalho	PV	
241 - George Hilton	PRB	
236 - Geraldo Thadeu	PSD	
606 - Humberto Souto	PPS	
240 - Jaime Martins	PSD	
533 - Jairo Ataíde	DEM	
246 - Jô Moraes	PCdoB	
239 - João Magalhães	PMDB	
249 - José Humberto	PSD	

MINAS GERAIS

250 - Júlio Delgado	PSB	
253 - Leonardo Monteiro	PT	
255 - Leonardo Quintão	PMDB	
243 - Lincoln Portela	PR	PrPtdobPrp
256 - Luiz Fernando Faria	PP	PpPros
257 - Marcos Montes	PSD	
254 - Marcus Pestana	PSDB	
610 - Margarida Salomão	PT	
629 - Mário Heringer	PDT	
252 - Mauro Lopes	PMDB	
261 - Miguel Corrêa	PT	
611 - Nilmário Miranda	PT	
269 - Odair Cunha	PT	
259 - Padre João	PT	
263 - Paulo Abi-Ackel	PSDB	
272 - Reginaldo Lopes	PT	
612 - Renato Andrade	PP	PpPros
262 - Renzo Braz	PP	PpPros
268 - Rodrigo de Castro	PSDB	
265 - Saraiva Felipe	PMDB	
636 - Silas Brasileiro	PMDB	
558 - Stefano Aguiar	PSB	
264 - Toninho Pinheiro	PP	PpPros
532 - Vitor Penido	DEM	
270 - Weliton Prado	PT	
Presentes Minas Gerais: 46		

ESPÍRITO SANTO

278 - Dr. Jorge Silva	PROS	PpPros
273 - Iriny Lopes	PT	
279 - Lauriete	PSC	
277 - Lelo Coimbra	PMDB	
275 - Manato	Solidaried	
280 - Paulo Foletto	PSB	
282 - Rose de Freitas	PMDB	
Presentes Espírito Santo: 7		

RIO DE JANEIRO

286 - Adrian	PMDB	
287 - Alessandro Molon	PT	
321 - Alfredo Sirkis	PSB	
283 - Andreia Zito	PSDB	
289 - Anthony Garotinho	PR	PrPtdobPrp
288 - Arolde de Oliveira	PSD	
290 - Aureo	Solidaried	
291 - Benedita da Silva	PT	
632 - Celso Jacob	PMDB	
295 - Chico Alencar	PSOL	
562 - Deley	PTB	
293 - Dr. Adilson Soares	PR	PrPtdobPrp

RIO DE JANEIRO

296 - Dr. Paulo César	PR	PrPtdobPrp
298 - Edson Ezequiel	PMDB	
300 - Eduardo Cunha	PMDB	
613 - Eurico Júnior	PV	
301 - Felipe Bornier	PSD	
557 - Fernando Jordão	PMDB	
623 - Fernando Lopes	PMDB	
297 - Francisco Floriano	PR	PrPtdobPrp
304 - Glauber Braga	PSB	
306 - Hugo Leal	PROS	PpPros
302 - Jair Bolsonaro	PP	PpPros
305 - Jandira Feghali	PCdoB	
307 - Jean Wyllys	PSOL	
310 - Jorge Bittar	PT	
312 - Leonardo Picciani	PMDB	
309 - Líliam Sá	PROS	PpPros
313 - Luiz Sérgio	PT	
614 - Manuel Rosa Necá	PR	PrPtdobPrp
311 - Marcelo Matos	PDT	
317 - Miro Teixeira	PROS	PpPros
316 - Otávio Leite	PSDB	
577 - Paulo Feijó	PR	PrPtdobPrp
322 - Rodrigo Maia	DEM	
319 - Romário	PSB	
320 - Sergio Zveiter	PSD	
327 - Simão Sessim	PP	PpPros
323 - Stepan Nercessian	PPS	
324 - Vitor Paulo	PRB	
325 - Walney Rocha	PTB	
326 - Washington Reis	PMDB	
328 - Zoinho	PR	PrPtdobPrp

Presentes Rio de Janeiro: 43

SÃO PAULO

329 - Abelardo Camarinha	PSB	
334 - Alexandre Leite	DEM	
333 - Antonio Bulhões	PRB	
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	
336 - Arlindo Chinaglia	PT	
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB	
339 - Arnaldo Jardim	PPS	
340 - Beto Mansur	PRB	
335 - Bruna Furlan	PSDB	
389 - Cândido Vaccarezza	PT	
338 - Carlos Sampaio	PSDB	
398 - Carlos Zarattini	PT	
343 - Delegado Protógenes	PCdoB	
342 - Devanir Ribeiro	PT	
541 - Dr. Ubiali	PSB	
350 - Duarte Nogueira	PSDB	

SÃO PAULO

344 - Edinho Araújo	PMDB	
537 - Eleuses Paiva	PSD	
345 - Eli Correa Filho	DEM	
352 - Emanuel Fernandes	PSDB	
626 - Francisco Chagas	PT	
347 - Gabriel Chalita	PMDB	
357 - Guilherme Campos	PSD	
348 - Guilherme Mussi	PP	PpPros
645 - Gustavo Petta	PCdoB	
644 - Helcio Silva	PT	
618 - Iara Bernardi	PT	
358 - Janete Rocha Pietá	PT	
349 - Jefferson Campos	PSD	
362 - João Dado	Solidaried	
363 - Jorge Tadeu Mudalen	DEM	
367 - José Mentor	PT	
355 - Junji Abe	PSD	
356 - Keiko Ota	PSB	
365 - Luiz Fernando Machado	PSDB	
371 - Luiza Erundina	PSB	
366 - Mara Gabrilli	PSDB	
368 - Márcio França	PSB	
374 - Milton Monti	PR	PrPtdobPrp
375 - Missionário José Olimpio	PP	PpPros
381 - Nelson Marquezelli	PTB	
377 - Newton Lima	PT	
378 - Otoniel Lima	PRB	
379 - Pastor Marco Feliciano	PSC	
380 - Paulo Freire	PR	PrPtdobPrp
372 - Paulo Pereira da Silva	Solidaried	
376 - Paulo Teixeira	PT	
382 - Penna	PV	
643 - Renato Simões	PT	
390 - Ricardo Berzoini	PT	
383 - Ricardo Izar	PSD	
384 - Ricardo Tripoli	PSDB	
385 - Roberto de Lucena	PV	
387 - Roberto Freire	PPS	
386 - Roberto Santiago	PSD	
391 - Salvador Zimbaldi	PROS	PpPros
392 - Tiririca	PR	PrPtdobPrp
521 - Vanderlei Macris	PSDB	
581 - Vanderlei Siraque	PT	
394 - Vaz de Lima	PSDB	
395 - Vicente Candido	PT	
396 - Vicentinho	PT	
553 - Walter Ihoshi	PSD	
397 - William Dib	PSDB	

Presentes São Paulo: 64

MATO GROSSO

400 - Carlos Bezerra	PMDB	
401 - Eliene Lima	PSD	
399 - Júlio Campos	DEM	
573 - Nilson Leitão	PSDB	
519 - Roberto Dorner	PSD	
405 - Ságuas Moraes	PT	
404 - Valtenir Pereira	PROS	PpPros
406 - Wellington Fagundes	PR	PrPtdobPrp
Presentes Mato Grosso: 8		

DISTRITO FEDERAL

545 - Augusto Carvalho	Solidaried	
407 - Erika Kokay	PT	
408 - Izalci	PSDB	
409 - Jaqueline Roriz	PMN	
410 - Luiz Pitiman	PSDB	
539 - Policarpo	PT	
413 - Reguffe	PDT	
414 - Ronaldo Fonseca	PROS	PpPros
Presentes Distrito Federal: 8		

GOIÁS

416 - Armando Vergílio	Solidaried	
422 - Flávia Morais	PDT	
423 - Heuler Cruvinel	PSD	
417 - Íris de Araújo	PMDB	
419 - Jovair Arantes	PTB	
420 - Leandro Vilela	PMDB	
575 - Magda Mofatto	PR	PrPtdobPrp
428 - Pedro Chaves	PMDB	
427 - Roberto Balestra	PP	PpPros
429 - Ronaldo Calado	DEM	
431 - Sandro Mabel	PMDB	
424 - Thiago Peixoto	PSD	
Presentes Goiás: 12		

MATO GROSSO DO SUL

432 - Biffi	PT	
433 - Fábio Trad	PMDB	
435 - Geraldo Resende	PMDB	
436 - Mandetta	DEM	
437 - Marçal Filho	PMDB	
439 - Reinaldo Azambuja	PSDB	
438 - Vander Loubet	PT	
Presentes Mato Grosso do Sul: 7		

PARANÁ

440 - Abelardo Lupion	DEM	
445 - Alex Canziani	PTB	
451 - Alfredo Kaefer	PSDB	
452 - Andre Vargas	PT	
441 - André Zacharow	PMDB	

PARANÁ

453 - Angelo Vanhoni	PT	
443 - Assis do Couto	PT	
442 - Cida Borghetti	PROS	PpPros
444 - Dilceu Sperafico	PP	PpPros
449 - Dr. Rosinha	PT	
461 - Eduardo Sciarra	PSD	
450 - Fernando Francischini	Solidaried	
466 - Giacobo	PR	PrPtdobPrp
448 - Hermes Parcianello	PMDB	
455 - João Arruda	PMDB	
456 - Leopoldo Meyer	PSB	
454 - Luiz Carlos Hauly	PSDB	
542 - Luiz Nishimori	PR	PrPtdobPrp
631 - Marcelo Almeida	PMDB	
458 - Nelson Meurer	PP	PpPros
457 - Nelson Padovani	PSC	
588 - Odílio Balbinotti	PMDB	
463 - Osmar Serraglio	PMDB	
603 - Professor Sérgio de Oliveira	PSC	
459 - Rosane Ferreira	PV	
460 - Rubens Bueno	PPS	
465 - Sandro Alex	PPS	
469 - Takayama	PSC	
468 - Zeca Dirceu	PT	
Presentes Paraná: 29		

SANTA CATARINA

561 - Carmen Zanotto	PPS	
472 - Celso Maldaner	PMDB	
475 - Décio Lima	PT	
470 - Edinho Bez	PMDB	
471 - Esperidião Amin	PP	PpPros
574 - João Pizzolatti	PP	PpPros
474 - Jorge Boeira	PP	PpPros
476 - Jorginho Mello	PR	PrPtdobPrp
477 - Luci Choinacki	PT	
478 - Marco Tebaldi	PSDB	
479 - Onofre Santo Agostini	PSD	
481 - Pedro Uczai	PT	
483 - Rogério Peninha Mendonça	PMDB	
484 - Ronaldo Benedet	PMDB	
560 - Valdir Colatto	PMDB	
Presentes Santa Catarina: 15		

RIO GRANDE DO SUL

487 - Afonso Hamm	PP	PpPros
486 - Alceu Moreira	PMDB	
489 - Alexandre Roso	PSB	
492 - Assis Melo	PCdoB	
490 - Beto Albuquerque	PSB	

RIO GRANDE DO SUL

499 - Bohn Gass	PT	
495 - Danrlei De Deus Hinterholz	PSD	
491 - Darcísio Perondi	PMDB	
578 - Eliseu Padilha	PMDB	
493 - Enio Bacci	PDT	
525 - Fernando Marroni	PT	
502 - Giovani Cherini	PDT	
498 - Henrique Fontana	PT	
505 - Jerônimo Goergen	PP	PpPros
501 - José Otávio Germano	PP	PpPros
506 - Jose Stédile	PSB	
500 - Luís Carlos Heinze	PP	PpPros
494 - Manuela D'Ávila	PCdoB	
496 - Marco Maia	PT	
507 - Marcon	PT	
509 - Nelson Marchezan Junior	PSDB	
510 - Onyx Lorenzoni	DEM	
497 - Osmar Terra	PMDB	
591 - Paulo Ferreira	PT	
513 - Paulo Pimenta	PT	
511 - Renato Molling	PP	PpPros
556 - Ronaldo Nogueira	PTB	
514 - Vieira da Cunha	PDT	
516 - Vilson Covatti	PP	PpPros

Presentes Rio Grande do Sul: 29

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – A lista de presença acusa o comparecimento de 65 Senhoras e Senhores Senadores e de 444 Senhoras e Senhores Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Inicialmente, com a palavra o Deputado Inocêncio Oliveira, para encaminharmos a nossa sessão.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PR-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento profundamente que não seja o Senador Renan Calheiros que esteja sentado aí. V.Exa. tem sido democrata, tem sido um 1º Vice-Presidente da melhor qualidade, tanto na presidência das sessões da Câmara dos Deputados quanto na presidência das sessões do Congresso Nacional, mas eu queria que o Senador Renan Calheiros ouvisse que quero protestar da maneira mais veemente possível contra a maneira como o Senado trata a Câmara! Marca a sessão para as 19 horas, mas ela vem começar às 19h53min. É um absurdo que isso aconteça! (*Palmas.*)

A culpa, Sr. Presidente, é da Constituição – da Constituição –, que deu muitos poderes ao Senado Federal, mas apenas dois poderes à Câmara: começar os projetos e cassar o mandato dos seus membros.

Além do mais, Sr. Presidente Andre Vargas, eu queria dizer o seguinte: o Senado já quis tirar até a prerrogativa da Câmara de começar a tramitação dos projetos e das medidas provisórias. Querem que isso seja feito alternadamente, o que é mais um absurdo.

Nós precisamos ter coragem suficiente para fazer com que a legislação ordinária seja feita diretamente pela Câmara e que o Senado fique com o restante da responsabilidade, inclusive com a fiscalização das agências reguladoras, que hoje não têm nenhum controle.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero lamentar profundamente a maneira como o Senado trata a Câmara. Nós somos iguais. Aliás, nós somos melhores, porque nós somos representantes do povo, e o Senado é representante dos Estados. Eu queria, mais uma vez, levar o maior protesto possível ao Presidente do Senado, pela maneira como ele se conduz.

Em sinal de protesto, eu vou me retirar, eu não vou participar de uma reunião desta natureza. Eu vou me retirar, em sinal de protesto!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Estão inscritos o Deputado Danilo Forte e o Senador Mário Couto.

Eu só queria dar um informe. Nós tivemos um impasse, que está sendo resolvido a bem da democracia. Primeiro, quero esclarecer que o Senado Federal terminou a sua sessão às 19h26min – um pequeno espaço de tempo –, e a da Câmara dos Deputados terminou às 19h14min. Nós poderíamos ter começado a sessão, mas, como todos aqui sabemos, tivemos um impasse na distribuição das senhas para aqueles que vieram de muito longe para acompanhar esta sessão e que devem ter acesso ao plenário, de acordo com o que ficou definido pela Defesa Civil e pela Resolução da Mesa Diretora da Câmara.

Então, nós estamos solucionando esse problema. Foi por conta disso que houve um pequeno atraso. Estou dizendo isso a título de esclarecimento, preservando, naturalmente, a postura do nosso Presidente Renan Calheiros.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Pela ordem, Sr. Presidente. É justamente a isso que eu quero me referir.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas) – Já há um orador para falar pela ordem. Vamos seguir o roteiro, para ficar mais tranquilo.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte, pela ordem.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizá-lo pela abertura deste trabalho, na forma regimental.

Hoje é um dia histórico para todo o Brasil, um país que é um continente, um país que precisa, sim, de Municípios, um país que precisa de emancipação, até por uma questão de segurança nacional. (*Palmas.*)

Nós do PMDB, um partido municipalista na sua história, um partido calcado na luta das emancipações, estamos agora com uma preocupação. A preocupação, que V.Exa. conhece muito bem, que todos nós sabemos, é a de que há um jogo político muito forte com relação a esta votação. Esta votação marcará o reinício dos trabalhos legislativos nesta Casa. E, com base nos arts. 28 e 29 do Regimento Interno da Casa, nós solicitamos a presença dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores aqui, para que não haja fuga ao compromisso que o Congresso Nacional tem de legislar.

O Brasil não pode prescindir de uma lei que regulamente a emancipação. É um país de dimensões continentais, com diferenças econômicas e regionais, e precisa desta lei. Para isso, é necessário que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados se façam presentes no recinto, neste plenário, conforme os arts. 28 e 29, para que

possamos prosseguir esta votação e para que não haja omissão depois, porque a omissão hoje trabalha contra o Brasil, trabalha contra os Municípios e trabalha contra a emancipação. (*Palmas.*)

O SR. MARCELO CASTRO (PMDB-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Marcelo Castro, na votação anterior, votou de acordo com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deixem-me fazer um pedido.

Nós temos alguns inscritos para falar sobre este tema. Então, que a questão de ordem não seja em relação ao mérito.

É apenas um encaminhamento da nossa sessão.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não é mérito.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Senador Mário Couto. Em seguida, o Deputado Domingos Sávio e o Deputado Izalci.

Vamos seguir. E aí vamos para a inscrição. Está bem?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Senador Mário Couto. Por favor, Deputado Giovanni, só um minutinho.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peça que liberem as galerias. É uma vergonha termos medo do povo.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA) – O povo quer vir para as galerias, e não estão liberando as galerias.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Veja, Deputado Giovanni Queiroz, eu disse qual é a solução que está sendo encaminhada.

Duzentas pessoas acompanharão a sessão, que é o número máximo decidido em resolução da Mesa da Câmara, mas é preciso aguardar. Houve um impasse, que eu acabei de relatar. Sigamos a orientação, por favor.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é triste observarmos o que está acontecendo nesta Casa na tarde de hoje.

Inicialmente, é muito triste ver que foi preciso que vários Deputados – eu estou falando no plural, Sr. Presidente – pedissem que respeitassem o povo deste País, para que pudesse entrar nas galerias desta Casa na tarde de hoje. (*Manifestação nas galerias.*) Isso é vergonhoso para a Nação!

Aonde chegou o Governo petista, que se dizia povo e hoje não deixa o povo entrar numa Casa Legislativa? (*Manifestação nas galerias.*) Foi preciso a interferência de Senadores e Deputados.

Sr. Presidente, é a primeira vez que eu uso o microfone nesta Casa e uso...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Para concluir. E realmente não se trata do PT, mas da Mesa da Câmara e da Mesa do Senado. Foram distribuídas 200 senhas para as Lideranças do Senado e da Câmara, e essas senhas não chegaram àqueles que estão aqui. E nós, agora, de forma direta, estamos encaminhando. Não houve decisão nenhuma de não permitir que entrassem. Foram distribuídas para os Líderes, que não fizeram chegar àqueles que aqui estão.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Deixe-me terminar a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Conclua, por favor.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Jesus Rodrigues, se estivesse presente, teria votado conforme a orientação do partido.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Para terminar, então, Sr. Presidente, já que V.Exa. defende o PT... Não, Sr. Presidente! Diga-me por que tiraram o quórum hoje à tarde daqui? Para não se aprovar a emancipação dos Municípios! (*Manifestação nas galerias.*) O PT não quer aprovar, Sr. Presidente!

Isso é uma vergonha! Isso é um absurdo para o Legislativo deste País, ser submisso ao Governo Federal. (*Manifestação nas galerias.*)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – A votação começa pelo Senado. Então, não se trata da Câmara. Só para informar.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Andre Vargas, eu participei da sessão da Câmara durante toda a tarde e, logo que percebi que já havia um número significativo de cidadãos brasileiros interessados numa matéria extremamente relevante, pautada para a sessão do

Congresso, eu comecei a me movimentar, preocupado em saber por quê – e a minha questão de ordem vai nesta direção – estavam proibidos de entrar. Fui informado de que havia um critério de senha. Aí já começa a minha surpresa.

O espaço dessas galerias é do povo brasileiro. (*Manifestação nas galerias.*) Sempre foi, sempre foi! E agora começa a ser restrinido. Aliás, nem 25%, nem um quarto ainda está ocupado. As pessoas tentam entrar e estão sendo retidas. Por quê? Porque, durante muito tempo, desde as 4 horas, 5 horas, 6 horas da tarde, estavam aqui querendo entrar, e a alegação era a de que haveria distribuição de senha. Há poucos minutos, Sr. Presidente, alguém da área de segurança me mostrou um pacote de senhas, um pacote de senhas. Ou seja, as senhas não foram distribuídas.

Fui à Secretaria do Senado reivindicar as senhas do PSDB, e me disseram: “Para o PSDB serão destinadas cinco senhas” – sem nenhum critério de proporcionalidade. O nosso partido tem uma representação que daria, na proporcionalidade, muito mais.

Mas não acho que o caminho seja o da senha, o Regimento não coloca dessa forma. O correto, Sr. Presidente – e concluo a minha questão de ordem –, é abrir o acesso às galerias antes do início da sessão e ordeiramente. Esse povo é ordeiro, é gente séria. São cidadãos que vêm defender o direito dos motoristas, dos trabalhadores da área da saúde, das ambulâncias; são Prefeitos, cidadãos que querem o direito de emancipar seus distritos. E vêm ordeiramente. E aí os impedem, vira tumulto, e a culpa não é deles.

Portanto, Sr. Presidente, ficam o nosso protesto e o nosso apelo à Mesa do Congresso, à Mesa do Senado e à Mesa da Câmara. Concluo de maneira propositiva a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Quanto mais tempo passar, menos chance...

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG) – Que isso sirva de lição para nós. Todo debate nesta Casa é do interesse do País. As galerias são do povo. (*Manifestação nas galerias.*) Elas têm de ser abertas antes do início da sessão, para ordeiramente serem ocupadas. É claro que até o limite de segurança. Chegando ao limite de segurança, o cidadão tem bom senso e não entra mais. Agora, as galerias estão vazias! Agora é que começaram a ser ocupadas.

Eu tenho certeza de que vai caber todo mundo e ainda vai sobrar espaço. O que queriam era fazer o povo desistir e ir embora. Mas não vai desistir! E nós vamos derrubar o veto, tanto o dos trabalhadores do transporte e das ambulâncias quanto esse que impede a criação de Município onde é necessário criar. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – O Deputado Izalci, o Deputado Arnaldo Jordy, o Deputado Claudio Cajado e o Deputado Jesus Rodrigues vão falar. Aí, vamos abrir a Ordem do Dia.

Eu entendo que nós vamos ficar debatendo, e o que interessa, seja para aqueles que estão entrando agora, seja para aqueles que já estão aqui dentro, é a expressão, primeiro dos Senadores, porque vai começar pelo Senado, é projeto originário do Senado, e depois... Então, peço que nós possamos abrir a sessão, sem prejuízo dos inscritos, porque, na medida em que cada um vai fazendo uma questão de ordem, vai sendo quebrada a ordem dos que se inscreveram aqui para falar sobre assunto.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Eu sou o último inscrito, Sr. Presidente. A minha questão de ordem é rápida. Eu quero fazer um apelo à base do Governo.

Como foi dito aqui, eu estive no Senado, e realmente estavam disponíveis para o PSDB cinco entradas – cinco. Nós temos aqui 513 Deputados. Então, precisamos de um pouco mais.

Agora, de qualquer forma, o que está acontecendo é que a base recebeu as entradas, os ingressos, e não os distribuiu. Nós temos 80 pessoas ali, setenta e poucas pessoas. Então, dá para liberar para mais 130 pessoas.

Eu quero fazer um apelo à base,...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Já foi feito.

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – ...para que libere o ingresso para nós.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deputado Izalci, eu acabei de dizer daqui...

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eu acabei de dizer que haverá 200 pessoas aqui.

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – Sim, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Nós já demos esse encaminhamento.

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – ...mas nós já vamos começar a Ordem do Dia.

O que eu quero dizer é o seguinte: os motoristas de ambulância, Sr. Presidente, estão aqui desde antes de ontem. (*Manifestação nas galerias.*) Ontem, nós fizemos a sessão solene. As pessoas estão aqui, de todos os Estados. Não é possível que nós vamos deixar gente do Amazonas, do Piauí, da Paraíba lá fora. É impossível isso! (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Bom, quero dizer novamente que nós poderíamos abrir a votação, para continuarmos fazendo...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA) – Vamos abrir a votação, Sr. Presidente, e depois se encaixa, pela ordem dos inscritos.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Esse é o acordo que nós fizemos várias vezes. Nós não podemos ficar ouvindo os argumentos.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA) – Mas V.Exa. pode determinar que comece a votação.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Consulto o Plenário...

Eu pediria aos Líderes, em especial aos Líderes...

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA) – Sr. Presidente, eu estou inscrito já há algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Não haverá prejuízo, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA) – V.Exa. chegou até a anunciar.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – É verdade, mas eu vou seguir essa inscrição, dos três, e aí nós vamos abrir a votação.

Eu pediria, na medida em que forem fazer questões de ordem, que não falem dos argumentos. Nós estamos quebrando aquilo que é a justeza das coisas. Há aqueles que se inscreveram para debater o tema.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há alguma coisa realmente muito estranha. Eu estou aqui na sessão desde o período da tarde. V.Exa. está falando em agilidade. O que está atrasando esta sessão é que o acesso das pessoas às galerias deveria ser como sempre foi, preenchido desde a tarde. Há quem tenha viajado do Estado do Pará, a 2 mil quilômetros de distância (*Manifestação nas galerias*), para vir aqui ouvir a discussão de um projeto que foi pactuado, que foi negociado com o Gabinete Civil. Todos os apelos feitos foram atendidos, tanto pelo Senado Federal quanto pela Câmara dos Deputados.

E, se alguém está criando algum problema aqui, esse problema, essas estratégias procrastinatórias estão partindo do Governo. (*Manifestação nas galerias*.) E nós precisamos fazer um apelo a V.Exa., para que regularize o acesso mais rápido das pessoas às galerias, no limite regimental, que é de praxe nesta Casa, para permitir que essas pessoas que vieram de tão longe aqui assistam à votação de uma demanda que já deveria ter sido aprovada desde...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer duas questões de ordem.

Quanto à primeira, V.Exa. até já antecipou. Em vez de nós ficarmos aqui levantando questões, V.Exa. pode abrir logo a Ordem do Dia, para que nós, pelo menos os Deputados comprometidos com o municipalismo, derrubemos o veto que impede a criação de novos Municípios. (*Manifestação nas galerias*.) É isso o que nós queremos!

Então, eu peço a V.Exa. que, assim que for concluída a fala do último orador das questões de ordem, inicie a Ordem do Dia. E vamos proceder àquilo que todos vieram para cá assistir.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (DEM-BA) – E mais: de olho nos seus Senadores, nas suas Senadoras, nos Deputados e nas Deputadas, para saber quem é a favor da emancipação dos Municípios brasileiros. (*Manifestação nas galerias*.)

A segunda questão de ordem, Sr. Presidente, diz respeito à sessão que ocorreu hoje na Comissão Mista de Orçamento. Com base no art. 134 da Resolução nº 1, para que haja deliberação sobre qualquer matéria na Comissão Mista de Orçamento, tem que haver o número mínimo de oito Congressistas: seis Deputados e dois Senadores.

Está gravado – e o Presidente Lobão Filho, eu acho, nesse particular não teve a devida atenção: com sete membros presentes, ele abriu e suspendeu os trabalhos para quinta-feira, às 18 horas.

Eu estou entrando, Sr. Presidente, com uma reclamação, para que essa sessão seja anulada, porque ela está irremediavelmente eivada de vícios de formação regimental. Daí por que esta sessão não pode ocorrer na quinta-feira, às 18 horas, como foi remarcada, através da suspensão determinada, hoje, pelo Presidente Lobão Filho.

Portanto, eu peço a V.Exa. que...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Acolho a questão de ordem. Em se verificando que tal ocorreu, ela de fato terá essa consequência.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – Sr. Presidente, eu fiz uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Há oradores inscritos para falar antes, Deputado Danilo Forte. V.Exa. já falou, Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – Eu só queria uma resposta à minha questão de ordem, Sr. Presidente, porque tem um movimento no Senado para derrubar a sessão. E eu acho que a sessão derrubada facilita a postergação da votação.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – É lógico. A Mesa está atenta, Deputado.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – Então, temos que discutir essa questão com muita clareza, para depois não prejudicar os municipalistas e a emancipação.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deputado Danilo Forte, por favor! V.Exa. falou primeiro e agora volta a falar, de novo?!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Jesus Rodrigues. Em seguida, o Deputado Moreira Mendes. São os dois últimos, e nós vamos abrir a votação.

O SR. JESUS RODRIGUES (PT-PI. Sem revisão do orador.) – Deputado Jesus Rodrigues, se não estivesse com a Presidenta Dilma no Piauí, estaria em plenário e teria votado conforme a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PA.) – O Deputado Moreira Mendes é o último, e nós vamos abrir a votação.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SDD-BA) – Sr. Presidente, eu estou inscrito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PA.) – Não há inscrição.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Assis Carvalho votou com o partido na votação anterior.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SDD-BA) – Presidente, o Solidariedade tem uma questão de ordem a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PA) – A inscrição é aqui.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SDD-BA) – V.Exa. concedeu a palavra a todos os partidos, e o Solidariedade também quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PA) – Não estou concedendo aos partidos, nós vamos abrir a sessão.

Tem a palavra o Deputado Mendes, nosso Líder do PSD.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem, baseada no art. 131 do Regimento Comum.

Na verdade, Presidente, o que eu preciso é de um esclarecimento que, de repente, acabará com isso aqui. Eu gostaria de saber qual a fundamentação regimental que levou a essa distribuição de 100 senhas para o Senado, que tem 81 Senadores, e 100 senhas para a Câmara dos Deputados, que tem 513 Deputados. Essa é a primeira pergunta. Não é justo isso. (*Palmas nas galerias.*)

Eu quero saber, porque, se tiver fundamentação regimental, o assunto está liquidado. Tem que haver 200 pessoas aqui dentro. É injusto, e neste caso deveremos nós, Deputados, fazer uma proposição para mudar o Regimento, porque não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PA) – Correto.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Mas eu quero aqui saber qual é a fundamentação regimental que levou a essa distribuição, porque eu também não aceito que pessoas que vieram do País todo, estão aqui... Não vejo por que essas... Isso aqui é a Casa do Povo, essas galerias deveriam estar ocupadas. (*Palmas nas galerias.*)

Por favor, eu aguardo a resposta.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (SDD-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a nossa questão de ordem é no sentido de que V.Exa. determine que seja aberto o painel, para ficar claro quem está presente, quem não está presente, quem está aqui, como o nosso partido Solidariedade, para votar a favor dos Municípios, e quem não quer votar.

Então, o apelo que faço a V.Exa. é de que abra o painel, para que fique claro quem é que está aqui para boicotar a sessão e quem quer efetivamente votar esse voto.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Vamos abrir a votação.

Eu pediria aos Líderes que entendessem que, quanto mais questões de ordem em relação a esse tema... Eu já esclareci de início que houve um equívoco na distribuição lá no DEPOL do Senado, e só haverá de ser corrigido pelas duas Mesas *a posteriori*. Mas quaisquer discursos que posterguem a votação não ajudam na derrubada do voto, ajudam na manutenção do voto.

Então, a minha proposta é abrir a votação e depois... Os inscritos estão aqui.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – E a inscrição?

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – As Lideranças vão poder se manifestar também no seu horário.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – E as inscrições?

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Combinado?

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – **Item 1:**

VETO TOTAL Nº 47, DE 2013

Discussão em turno único, do Veto Total nº 47, de 2013, aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar (nº 416, de 2008-Complementar, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º, do art. 18, da Constituição Federal.*

Não tendo a Comissão Mista apresentado o relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída na Ordem do Dia, nos termos do art. 106, do Regimento Comum do Congresso Nacional, com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013, do Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Todos vão querer discutir?

O SR. DANILLO FORTE (PMDB-CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Fizemos agora uma consulta, Senador Mozarildo, às Lideranças e todos acordaram que nós abriríamos a votação e se seguiriam as discussões aqui.

O SR. DANILLO FORTE (PMDB-CE) – Não. Todos concordaram, não.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Vamos votar. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Houve acordo.

O SR. DANILLO FORTE (PMDB-CE) – Aqui, não. No plenário, não.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eu volto a dizer que não há prejuízo, mas, para aqueles que querem derrubar o veto, informo que, quanto mais tempo, mais dificuldade de derrubar o veto.

Senador Mozarildo.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Não há acordo, não, Sr. Presidente. Para isso não há, não. Vamos discutir. Essa do veto nós vamos discutir. O Brasil precisa saber quem é que está armando contra isso.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PR.) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

Depois nós vamos seguir o Regimento, mas estes são os inscritos: Mozarildo Cavalcanti, Gonzaga Patriota – é para que não haja dúvida –, Wandenkolk Gonçalves, Edinho Bez, Moreira Mendes. Aí nós vamos seguir a ordem, correto?

Senador Mozarildo, por 5 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB-RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, eu fico perplexo e, ao mesmo tempo, feliz porque hoje nós vamos votar vetos com voto aberto. Esse projeto que regulamenta, que cria regras claras para criação, desmembramento, fusão e incorporação de Municípios, cria regras que nunca aconteceram neste País. Nunca!

Não se olha para a geografia deste País há pelo menos 15 anos. Há, por exemplo, Municípios no Estado de São Paulo com menos de mil habitantes, e não pode haver em outras regiões com mais de 30 mil habitantes.

Então, nós estamos criando uma regra. E o que acontece? Depois de 12 anos tramitando lá no Senado e aqui na Câmara... Nós aprovamos aqui na Câmara, e o Relator foi o Deputado Sibá Machado, do PT. Depois o projeto foi para o Senado, onde o Relator do Substitutivo foi o Senador Valdir Raupp, Presidente do PMDB. Aprovamos todas as sugestões do Governo, e a Presidente veta dizendo que a medida permitirá a expansão expressiva do número de Municípios, resultando em aumento de despesa.

Não é verdade! Infelizmente, não é verdade! Pelos estudos que nós temos, com essas regras aprovadas, no máximo 180 Municípios poderão ser criados nos próximos anos.

Agora, vejam bem, eu até estou aqui com a relação da presença dos Senadores que votaram naquela sessão em que aprovamos o projeto: dos 62 Senadores presentes, 53 votaram a favor. Houve 3 abstenções e o Presidente, que não vota. Então, vejam bem: 53, de 62, e apenas 5 votaram contra. E na sessão de hoje, no Senado, nós tivemos a presença de 65 Senadores.

É muito bom, para o povo saber, quando se abrir o painel, quem foi o Senador que votou a favor naquele momento e que muda de posição agora; ou quem votou a favor naquele momento (*Manifestação nas galerias.*) e agora, por exemplo, vai se ausentar do plenário ou votar diferente. Então, é preciso mesmo.

Eu fico feliz que esse veto seja aberto, porque nós já vimos projetos serem aprovados na Câmara e no Senado, pela maioria esmagadora, o Presidente vetar e aqui se manter o voto, no escondidinho do voto secreto. Como não há mais voto secreto, vamos ver então como é que se comportam essas pessoas.

Eu quero defender esse projeto porque é um projeto moralizador. Nunca antes, como dizia o Presidente Lula, neste País houve uma lei que tivesse tamanha capacidade de moralizar e criar regras como essa cujo voto está aqui em apreciação.

Portanto, eu quero pedir a derrubada do voto, para que nós possamos de fato nos preocupar. (*Manifestação nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deputado Gonzaga Patriota, um dos responsáveis por essa abertura que nós tivemos aqui também. Trabalhou muito nos bastidores.

O SR. MÁRIO FEITOZA (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Presidente Andre Vargas, na sessão anterior votei de acordo com a orientação do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eu me lembro, eu me lembro.

O SR. MÁRIO FEITOZA (PMDB-CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Vamos lá, Deputado Gonzaga. O som da tribuna, por favor.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento os emancipalistas. Primeiro, agradeço a V.Exa., à Secretaria do Senado e a todos que ajudaram a colocar essas pessoas nas galerias. (*Palmas nas galerias.*)

Quarenta emancipalistas ainda estão lá na entrada. Eu queria pedir a V.Exa. que autorizasse a entrada dessas pessoas para democraticamente assistirem daqui a este Parlamento, que é a Casa do Povo, fazer retornar aos seus Estados aquilo que nunca deveria ter saído de lá. (*Palmas nas galerias.*)

Eu fui Constituinte e, em 1987/1988, briguei muito aqui, porque trouxeram dos Estados para a União a deliberação sobre a emancipação dos Municípios. Que coisa! Como pai, eu acho que sou eu o responsável pela educação, pela emancipação dos meus filhos. A mesma coisa é o Município. (*Palmas nas galerias.*) Os Estados, através de projeto das Sras. e Srs. Deputados e Senadores, é que podem saber qual o Distrito deve ser emancipado ou não, e não a União.

Como é que nós, aqui em Brasília, vamos saber se um Distrito de Rajada, ou de Vermelhos ou de Araripe na tem o poder de ser emancipado? Por isto nós estamos aqui: para fazer um apelo aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, para que logo mais, na hora em que abrirem o painel, votem pela derrubada deste voto. (*Palmas nas galerias.*)

Eu acho até que a Presidenta da República não foi bem orientada. A Presidenta Dilma recebeu do Ministério da Fazenda a informação de que isso cria despesas. Não cria despesas coisa nenhuma, porque, na hora em que se emancipa um Distrito, do repasse que vem da União para o Município, fica uma parte pequena para aquele Distrito emancipado. Em razão disso, a gente quer fazer um apelo.

O Brasil inteiro neste momento está olhando para a gente. O Brasil inteiro neste momento está ligado na *TV Câmara*, na *TV Senado*, para saber qual o Sr. Senador, qual a Sra. Senadora, qual o Sr. Deputado e qual a Sra. Deputada vão votar contra a emancipação de um Distrito e contra a possibilidade de ele progredir. (*Palmas nas galerias.*)

Eu quero dizer aqui que, quando fui Deputado Estadual, apresentei projetos na Assembleia de Pernambuco e tive a honra de ver emancipados muitos Municípios que hoje cresceram.

Inclusive, eu quero dizer que aqui estão gaúchos, e o melhor vinho do Brasil está em Lagoa Grande, Pernambuco, o Rio Sol, o vinho do Papa.

Quero dizer aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que o Brasil logo mais vai vibrar, quando este Parlamento votar pela derrubada do voto e der o direito de aqueles distritos que preenchem os requisitos se emancipem. Emancipação já! (*Palmas nas galerias.*)

O SR. WLADIMIR COSTA (SDD-PA) – Icoaraci vai se libertar das amarras! Alô, povo de Icoaraci!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Wandenkolk Gonçalves, do PSDB do Pará. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB-MA) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Vamos votar pela emancipação já!

O SR. MANDETTA (DEM-MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Mandetta votou com o partido na votação anterior.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – A resposta à minha questão de ordem. Estou aguardando a resposta, Presidente.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Daniel Almeida votou com partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – A questão de ordem é que não há questão regimental que diga o número nem o tipo de distribuição. São duas...

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Qual foi o critério? Qual foi o critério usado? Eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Duas. Há resolução da Mesa do Senado e Mesa da Câmara, e o procedimento foi adotado de forma equivocada. Não foi nem a Mesa do Congresso, porque nós nem fomos consultados. Foi uma distribuição: separou-se a metade para cá e metade para lá, em tese, na proporcionalidade dos partidos.

Mas agora, Deputado, ainda que seja assim...

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB-MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – É a ditadura do Senado, o que nós não podemos aceitar.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Não, não é isso. Eu não sou Senador, não é?

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Peça para liberar, Sr. Presidente. Peça para liberar, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO (PMDB-MA) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas PT-PR) – Concedo a palavra ao Deputado Wandenolk.

Por favor, vamos seguir a ordem aqui. Não vamos conturbar o processo. Vamos votar.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos honram com suas presenças na galeria da Câmara dos Deputados. (*Palmas nas galerias.*)

Sr. Presidente, inicialmente, eu queria declarar a minha indignação e, ao mesmo tempo, o meu repúdio. Só do Pará nós temos mais de 500 pessoas aqui. (*Palmas nas galerias.*) E eu só tive direito a dois cartões. Então, eu queria devolver este cartão amarelo àqueles que realmente impediram que o nosso povo pudesse participar. (*Palmas nas galerias.*)

Depois, Sr. Presidente, eu espero que tanto a Câmara quanto o Senado não deixem que nós passemos, hoje, talvez o maior constrangimento que já passamos durante essas duas últimas Legislaturas. Estamos vendo, Sr. Presidente, que está faltando quórum no Senado. E é preciso que vocês saibam que nós, Deputados Federais, só votaremos, só teremos direito ao voto para derrubar o veto se o Senado assim também o fizer. Se o Senado se abstiver de votar, se o Senado votar contra, nós, nós, os Parlamentares Federais das bancadas de todos os partidos, não teremos condições de mostrar para todo o povo brasileiro como votam os seus representantes aqui na Câmara dos Deputados. (*Palmas nas galerias.*)

Sr. Presidente, já houve constrangimento aqui quando, por voto secreto, anistiam um Deputado Federal – corrupto comprovado neste País como um todo. Quando o voto foi aberto, quase a unanimidade deste Plenário votou pela cassação.

Foi uma conquista nossa o voto aberto. Se nós conquistamos no voto aberto para mostrar como nós, os representantes, conversamos com os nossos representados, é preciso primeiro que haja quórum. É preciso que haja quórum. Sessenta e três! (*Palmas nas galerias.*) Sessenta e três Senadores assinaram lá no Senado Federal as suas respectivas presenças, mas não estão hoje aqui.

Isso é um artifício regimental, minha gente, porque se não houver quórum, a sessão vai ser derrubada, e vai ficar para uma outra ocasião a possibilidade concreta de nós votarmos neste plenário. (*Palmas nas galerias.*) Nós temos que marcar vigília. “*Orai e vigiai*”, como está escrito no Livro Maior, para que nós possamos fazer honrar o nosso compromisso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu não posso entender e não vou entender nunca. E eu fui Relator da Constituinte do meu Estado em 1989. Fui Presidente da Comissão de Divisão Administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Tiraram as prerrogativas da Assembleia, trouxeram-na para o Congresso Nacional. Nós estamos devolvendo as prerrogativas para as Assembleias Legislativas. Votamos aqui neste plenário por unanimidade, votamos no Senado quase por unanimidade, e nós não podemos pagar o mico, passando um constrangimento generalizado para todo este País, que está assistindo à sessão neste momento! (*Palmas nas galerias.*)

É preciso ter consciência. Eu espero que V.Exas. não nos deixem cometer um erro histórico. O processo legislativo se esgota com a apreciação dos vetos. É um direito da Presidenta; mas ela tem que assumir que foi induzida ao erro, que foi induzida por assessores palacianos que não conhecem a realidade deste País! (*Palmas nas galerias.*)

Ora, Sr. Presidente, todos nós sabemos que a melhor transferência de renda que pode existir é a criação de novos Municípios. O mundo todo desenvolvido, e mais de 70% das comunidades vivem na zona rural. No Pará e em outros Estados, mais de 90% vivem na zona urbana. Já existe gente com medo da frustração, transferindo-se dos Distritos e engrossando a leva de desempregados nas grandes cidades deste País, porque não acreditam mais no Congresso, porque não acreditam mais no seu Parlamentar, porque não acreditam no Brasil! (*Palmas nas galerias.*) É preciso que nós tenhamos essa consciência.

Eu não acredito que a Presidente Dilma... E para concluir, Sr. Presidente, eu soube agora e conversava com o Senador Mozarildo Cavalcanti, o autor do projeto, que apresentaram um substitutivo no Senado – o Mozarildo está aí e pode me desmentir –, apresentaram o substitutivo dizendo que se manteria o veto hoje, para se apresentar um projeto de lei novo. Isso é uma vergonha, isso é uma mentira, isso é uma esculhambação! (*Manifestação nas galerias. Palmas prolongadas.*)

Nós não podemos aceitar em hipótese nenhum.

E eu fico mais preocupado com os próprios Senadores e Senadoras, pois esse projeto é de autoria dos Senadores da República. É preciso que...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Senador Ivo Cassol. (*Manifestação nas galerias.*) Não, foram 5 minutos. Cinco minutos é muito. Por favor, Deputado Wandenkolk Gonçalves. (*Manifestação nas galerias. Deixa! Deixa!*) Só concla. Se nós formos dar 5 minutos para cada um, vai passar o tempo e mais difícil será derrubar o veto. Só quero dar este aviso.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA) – É uma tristeza, porque a maioria não vai falar, porque vai esconder-se atrás das suas próprias anistias, atrás das suas próprias vergonhas. (*Manifestação nas galerias. Muito bem! Apoiado!*)

E eu, que venho aqui para defender, porque eu sou municipalista com convicção, digo que o caminho mais curto para o desenvolvimento deste País é justamente a criação de novas unidades municipais, para que a gente possa botar o povo para gerar emprego, para gerar renda.

Por isso, Presidente Dilma, V.Exa. ainda tem uma oportunidade de ligar para a sua base aliada e dizer que estava equivocada. Peça que vote e, acima de tudo, faça valer a vontade de milhares e milhares de pessoas que estão esperando no Pará.

Parabéns, Sr. Presidente.

Vamos derrubar o veto! Vamos derrubar o veto! É a única chance que nós temos!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Manifestação nas galerias. Derruba! Derruba!*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Aos convidados quero dizer que estamos felizes com a participação de todos aqui, mas é preciso manter a ordem, a tranquilidade, a serenidade. Vamos ouvir o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP-RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero, nesta oportunidade, deixar bem clara a posição do Estado de Rondônia e do Senador Ivo Cassol: eu sou favorável à derrubada do veto! (*Palmas nas galerias.*)

Nós não podemos aceitar. Eu sou da base do Governo Federal. Lideranças no Senado Federal intermediaram para que viesse outro projeto de lá para cá, mas eu quero dizer que, se o Governo tivesse vontade, isso já tinha acontecido.

Nós não podemos aceitar, na última hora, depois de 11 anos, diante da expectativa do povo, Deputado Moreira Mendes, Deputado Carlos Magno, pessoal do nosso Estado, Senador Valdir Raupp e Senador Acir Gurgacz... Depois de 11 anos, o Brasil inteiro está aguardando, especialmente a Região Norte, Senador Casildo Maldaner. Na Ponta do Abunã, na divisa do Acre, há Extrema. São 360 quilômetros. Naquele Distrito, a população infelizmente está largada às traças, porque está abandonada. É um Distrito miserável! É preferível um Município pobre, Deputado Moreira Mendes! É preferível um Município pobre a um Distrito miserável, como tem acontecido até hoje por aí! (*Manifestação nas galerias. Muito bem! Apoiado!*)

Portanto, eu não abro mão da prorrogação do meu voto. Eu voto "sim" para derrubar esse voto. Esse voto é um constrangimento para nós. (*Palmas nas galerias.*)

E não é só a Ponta do Abunã, não é só Nova Extrema. Nós temos também Tarilândia, que tem praticamente 9 mil eleitores – repito, 9 mil eleitores – na região de Jaru.

Nós vamos privar nossos Distritos, mais uma vez, de terem o direito de crescer, de terem independência administrativa, sem depender do Município-mãe, como tem ocorrido.

Está aqui o Senador Flexa Ribeiro! Nós temos Municípios no Pará, Senador Flexa Ribeiro, nesta situação: para alcançá-los, é preciso sair de Itaituba ou não sei de onde. Distam mil e poucos quilômetros, por causa da

falta de acesso ao Distrito. E é por causa dessas distâncias e dessas situações que temos no País que nós, nesta Casa, precisamos ter coragem e, ao mesmo tempo, fazer as mudanças necessárias.

Infelizmente, o Congresso hoje está em uma saia justa. Mas está na hora de cada Parlamentar – cada Deputado Federal e cada Senador – mostrar sua independência e votar com o povo. Da mesma maneira que a Presidente é a nossa candidata à reeleição, eu não abro mão da prerrogativa de defender o povo do Estado de Rondônia, para ter moral para pedir voto, para que possamos continuar o trabalho.

Por isso, eu sou a favor da derrubada do voto.

Meu abraço! Obrigado. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado José Augusto Maia. Aliás, S.Exa. é um dos grandes batalhadores desta causa muito justa. (*Manifestação nas galerias. Palmas.*)

Agradeço ao Deputado Moreira Mendes, que abriu espaço para que o Deputado José Augusto Maia pudesse falar. Isso é importante. (*Manifestação nas galerias.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Emancipação! Emancipação! (*Manifestação nas galerias. Derruba! Derruba!*)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas – PT-PR.) – Por favor, silêncio! Por favor, silêncio! Por favor, silêncio! A ordem é adequada para as falas. Há Deputado na tribuna.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dizer a vocês que sou pernambucano, lá de Santa Cruz do Capibaribe, do polo de confecções lá de Pernambuco, que se tornou o segundo maior polo de confecções do Brasil e gera cerca de 200 mil empregos diretos, elevando o nome de Pernambuco e do Brasil.

E eu, como Deputado eleito, cheguei aqui a esta Casa e consegui o apoio de mais de 340 Deputados para a Frente Parlamentar de Apoio à Criação, Fusão e Incorporação de Municípios. E eu queria uma salva de palmas para esses Deputados que assinaram essa frente! (*Palmas nas galerias.*)

Quando cheguei aqui nesta Casa, Sr. Presidente, havia uma pecha do passado: ninguém queria ouvir falar em emancipações, porque houve uma farra no passado. E nós sabemos que houve, sim, e nenhum Deputado aqui queria votar; não queriam saber desse projeto. Mas eu, junto a líderes de todo o Brasil, desses movimentos que estão aí, de todos os Estados, encabeçados por Augusto César – e vamos aplaudir-lo, que ele está em nosso meio (*palmas*) –, saímos aqui com a Frente Parlamentar, de gabinete em gabinete, mostrando a todos que agora nós estávamos devolvendo este projeto para as Assembleias Legislativas, mas agora com critérios rígidos.

E se este projeto, cujo voto hoje estamos votando aqui, para derrubar – projeto que já votamos e aprovamos –, tivesse acontecido há 17 anos, mais de 2.500 Municípios não teriam sido criados no Brasil. Por quê? Porque foram criados sem critérios, por questões políticas. Mas agora, não, estamos devolvendo-o com critérios rígidos, respeitando o povo brasileiro.

Esse discurso fácil de dizer que se cria despesa não é verdadeiro. Nós estamos dividindo melhor o bolo com aqueles que estão em seus distritos, que cresceram, que se desenvolveram e que não têm condições de ter a sua liberdade e crescer ainda mais.

Eu quero chamar atenção dos senhores, porque eu andei por todo este Brasil, pelas quatro Regiões. Sabemos que existem as diferenças. No Pará, Castelo dos Sonhos, a mil quilômetros de distância, já com condições de se tornar cidade, não tem esse direito. No Nordeste, no meu Pernambuco, lá no Maranhão, há tantos distritos que cresceram! Pão de Açúcar, distrito de Taquaritinga, lá no Polo de Confecções, e São Domingos. São Domingos está maior do que a sua cidade, e Pão de Açúcar quase chega a estar maior do que a sede. Todos industrializados, e não têm o direito de sua liberdade e de se tornarem cidades.

Mas eu quero falar agora, aos Senadores e aos Deputados, do Sul do Sudeste do País. O Sul e o Sudeste não estão aqui pedindo emancipação, não, porque já emanciparam no passado. Agora eles estão aqui para pedir a fusão, a incorporação e o desmembramento.

Vou dar um exemplo: Paulínia, em São Paulo, tem três distritos; os três estão no Município de Americana, mas são bairros de Paulínia. Paulínia paga a saúde, Paulínia paga a educação e o transporte, e o FPM vai para o outro Município, que está a mais de 30 quilômetros. Não é justo que Paulínia faça todas as despesas, todos os custos, e que o outro receba o FPM.

Então, caros Parlamentares, vim agora agradecer e pedir consciência a todos os Deputados com quem eu já conversei, mas, principalmente, agora, aos Senadores...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE) – Sr. Presidente, só para concluir. Eu queria, de todo o coração – porque aos Deputados eu falei, quase um a um –, aplaudir os Senadores que estão aqui e que vieram derrubar este voto. (*Palmas nas galerias.*)

Essa luta, quero dizer aos senhores, não é uma luta política, não. Essa é uma luta social desses que vêm a esta Casa, de todo o Brasil, para ter as suas liberdades. (*Palmas nas galerias.*)

Eu sou da Base do Governo, sou do PROS, Presidente do partido em Pernambuco, mas estou aqui em nome do povo brasileiro.

Emancipação... (*Manifestação das galerias. Já!*)

Emancipação... (*Manifestação das galerias. Já!*)

Viva o Brasil! (*Manifestação das galerias. Viva!*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

Nós vamos seguir as inscrições, senão nós não terminamos a sessão. Há muitos inscritos.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB-PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, uso, pela primeira vez, a tribuna desta Casa. Infelizmente, num dia em que o Governo Federal mostra ao Brasil um dos seus jogos mais baixos, talvez, da história deste Plenário. (*Palmas nas galerias.*)

A Dilma disse que vetaria este projeto, Wandenkolk Gonçalves, porque ela não tem mais dinheiro para investir. Senhores e senhoras, brasileiros e brasileiras, por que a Dilma aceitou gastar bilhões com a Copa do Mundo? Para quê, brasileiros e brasileiras? (*Manifestação nas galerias.*)

Ora, lógico, alguns Senadores não estão aqui. Eu olho para aquela bandeira ali, a bandeira do meu Estado, eu olho para o Senador Flexa Ribeiro, e digo a vocês paraenses: nós temos honra e moral. (*Manifestação nas galerias.*)

Para subir aqui nesta tribuna é preciso ter honra e moral, é preciso não se vender, é preciso não trocar o mandato, que o povo lhe deu, por cargos públicos, por emendas, para quando a Presidenta chamar ele não ter que se ajoelhar aos pés da Presidenta, rainha deste País, e dizer assim, balançando a cabeça igual a uma vaquejada de presépio: “*Sim, senhora. Eu vou votar contra o povo porque a senhora está mandando.*” Que vergonha, Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados! (*Palmas nas galerias.*)

Castelo de Sonhos, Dilma, fica a mil quilômetros de Altamira, no interior paraense. Vai lá, Dilma. Vai conhecer Castelo de Sonhos e ver como aquele povo sofre, Dilma. Aliás, Dilma, tu vais para Nova Iorque, tu vais para o exterior e pagas 26 mil reais de hospedagem em um hotel de luxo, dinheiro que daria, senhores trabalhadores, para os senhores trabalharem 3 anos, ganhando 1 salário mínimo. É o que a Dilma gasta em um dia em um hotel no exterior. (*Palmas nas galerias.*)

Paraenses, brasileiros e brasileiras, o País está sem leme, o País está sem rumo, o País está entregue à baderne, o País está sob o comando dessa senhora que manda no Legislativo e faz o que quer.

E hoje nós estamos vendo isso aqui, comprovadamente. Senadores se ausentaram. Eu não! Eu tenho caráter! Eu não me ajoelho aos pés da Dilma! Eu não quero emenda! Eu não quero cargo público! Sou macho! Tenho moral! Tenho honra! Tenho pai e tenho mãe pobres que souberam me criar, não foi preciso ser ricos, nem vender o meu caráter.

Desço, Sr. Presidente, desta tribuna decepcionado com o que estou vendo hoje, aqui: a Presidenta Dilma contra o povo brasileiro.

Presidenta Dilma, V.Exa. que dá bilhões, e bilhões, e bilhões, e bilhões de reais para uma Copa do Mundo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deputado Weverton Rocha. (*Apupos nas galerias.*)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Sr. Presidente, dê-me o minuto que V.Exa. deu ao Wandenkolk, só um. Só um.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Não teria, mas tudo bem.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Os direitos são os mesmos, Sr. Presidente. Os direitos são os mesmos.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Não, é até maior. V.Exa. é Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco Minoria/PSDB-PA) – Não casse a minha palavra, pelo amor de Deus! Não casse! É só para mostrar a V.Exa. e à Dilma.

Trabalhadores brasileiros, emancipação... (*Manifestação das galerias. Já!*)

Trabalhadores brasileiros, emancipação... (*Manifestação das galerias. Já!*)

Trabalhadores brasileiros, Dilma... (*Manifestação das galerias. Fora!*)

Obrigado, Presidente.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Questão de ordem, mas agora é questão de ordem mesmo. V.Exa. falou duas vezes e não era questão de ordem. Agora vai.

O SR. DANILÓ FORTE (PMDB-CE. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Era, sim, desde o início. V.Exa. é que não entendeu assim. Então, vamos lá.

Sr. Presidente, primeiro, nós fizemos um pedido de requerimento a V.Exa., porque, como o quórum do Senado foi baixo hoje... E é preciso que a plateia entenda também que nós precisamos de 41 votos favoráveis para aprovar a matéria. A Câmara está sensibilizada e mobilizada exatamente para apoiar a luta municipalista, que é a principal bandeira do PMDB. E os Deputados – o Líder do PSD, Moreira Mendes; o do PTB, Jovair Arantes; o do PPS; o do PSDB, Izalci; e o Líder do PMDB em exercício – assinaram um requerimento pedindo o adiamento do item do voto do art. 47. Por quê? Porque esse item é o item que trata desse momento mais sensível da emancipação.

E não adianta querer fazer a votação atropelada, sem a presença maciça dos Srs. Senadores. Entendemos que neste momento o Brasil inteiro precisa discutir esta questão referente à reorganização administrativa do Estado. É o momento em que os Estados, que são representados pelo Senado, precisam também discutir o assunto, e a bancada do Senado tem que se fazer presente.

Com base nisso, nós estamos pedindo verificação de quórum, de acordo com o § 2º, do art. 28, que diz:

“Art. 28.....

§ 2º. No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos, ex-officio ou por provocação de qualquer Congressista.”

Eu sou Congressista, Deputado e tenho compromisso com emancipação dos Municípios, porque entendo que o Brasil precisa de Municípios.

Então, nós estamos pedindo a verificação de quórum. Que V.Exa. abra o painel para verificar o quórum, a qualquer momento da sessão, com base no § 2º, do art. 28. É tarefa de V.Exa., que tão bem preside este Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Para contraditar, com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na abertura dos trabalhos houve número regimental na Câmara e no Senado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Claro!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Se nós queremos votar, devemos encerrar a discussão e abrir a votação. Eu sou Senador da República e estou aqui para votar. Por isso, eu peço que V.Exa. permita que votemos.

O SR. LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Por favor, Deputado Picciani, V.Exa. não pode interditar a palavra do Senador que está se pronunciando, por mais que contrarie a sua posição.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT-CE) – Portanto, Sr. Presidente, o Senado Federal tem quórum e está aqui para votar. (*Manifestação nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Esta Presidência informa que, é claro, tivemos quórum para abrir a sessão. Nós não teríamos uma irresponsabilidade dessa ordem. O Senado tem a presença de 66 Senadores – presença registrada no Senado –, a mesma Mesa que nós utilizamos em todas as sessões. Na Câmara há 444 Deputados. Se, em hipótese, encerrada a discussão, fosse submetido este – há um requerimento aqui de encerramento de discussão – à votação e, ao ser votado, não atingisse o quórum, nós encerrariámos a sessão, é claro!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Portanto, há um procedimento em curso. Não há necessidade de nós fazermos de outra ordem. Nós temos a inscrição, vamos abrir e vai ser encerrada a discussão.

Há uma solicitação para o encerramento de discussão, por meio de um requerimento. Se isso que V.Exa. está dizendo é verdade, vai se verificar na votação, porque vai haver naturalmente a solicitação de votação nominal. Não havendo Senadores, vai cair a sessão, e nós vamos...

O SR. DANILÓ FORTE (PMDB-CE) – Então, V.Exa. coloque em votação o requerimento sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Coloco assim que eu encerrar a discussão. Faltam dois Deputados e um Senador.

O SR. DANILÓ FORTE (PMDB-CE) – Para votar o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eu só posso submeter o requerimento à votação depois que seis Deputados tiverem se pronunciado –, faltam dois, e falta um Senador, que seria...

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – A votação do requerimento é anterior à votação da matéria?

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Exatamente.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE) – O.k.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente, eu quero informar a V.Exa. que regimentalmente V.Exa. está correto, porque a verificação de votação a qualquer momento é com um sexto de presença, e o sexto de presença está garantido. O que nós temos que fazer é votar o requerimento e, nesse requerimento, derrubar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Pode ser. Aí é alternativa do Plenário, é articulação livre.

O SR. WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA) – E fica adiada a votação dos vetos?

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eventualmente, se cair a sessão. Lógico que continuará obstruindo a pauta, conforme diz a Constituição e é o entendimento do Regimento.

Com a palavra o Deputado Weverton Rocha, do PDT do Maranhão.

O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Deputados, Srs. Senadores, telespectadores da *TV Câmara*, vivemos uma noite muito importante para centenas de milhares de brasileiros que esperam, de forma ansiosa, uma decisão coerente por parte do Congresso Nacional.

Srs. Senadores da República e Srs. Deputados, nós, que vivemos num País continental, que sabemos que as questões culturais e geográficas são totalmente diferentes, temos todas as razões para, às vezes, entender que não conseguimos emitir opiniões quando se trata de questões de Estados e de Municípios diferentes daquele em que vivemos e atuamos.

Mas para entender o que vivemos e como atuamos, nós não podemos apenas ler pareceres e números que nos trazem a Brasília, e acharmos que o Brasil é simplesmente esses relatórios.

Para nós conhecermos o Brasil de verdade há necessidade de darmos condições às Assembleias Legislativas do nosso País para conduzirem, de forma coerente e responsável, a discussão da criação ou não e da correção geográfica dos espaços dos Municípios. E elas têm de ser dadas por nós.

Os Deputados Estaduais têm responsabilidade, sim, assim como nós temos, de reger matéria que trata de questão nacional. É inadmissível pedir a um colega – como o Deputado Reguffe, que é daqui de Brasília, meu colega de partido, o PDT – que entenda o que passa, por exemplo, o povo de Itapecuru, de Tutoia, de Barra do Corda, lá do Maranhão. Ele não vai saber como é a situação da Vila Varig, de Bom Jardim, de onde os moradores têm de sair, pegar a BR e viajar 400 quilômetros para chegar à sede. Hoje, Srs. Deputados, além de não ter estrada, lá não tem escola. E o Município não se faz presente por quê? Porque é impossível ter as condições, o Município não consegue chegar a esses distritos.

Há povoados do Município de Grajaú, Srs. Deputados, em que moram 6 mil pessoas, onde até hoje não chegou a telefonia celular. Falar de economia e não falar de desenvolvimento e dignidade é um absurdo. Esses povoados com 6 mil habitantes, além de não terem estrada, não têm sinal de telefonia móvel. Em pleno século XXI, estão isolados de todas as notícias e do que acontece no mundo. (*Manifestação nas galerias*.)

Eu não estou dizendo que nós temos que sair criando Municípios. Eu queria que o nosso Governo, de que eu sou aliado, tivesse esse olhar atento – como está tendo este Congresso Nacional, hoje, na votação desses vetos importantes –, por exemplo, para com as injustiças que estão acontecendo na questão das demarcações e da ampliações das terras indígenas, tirando trabalhadores e pequenos produtores desses Municípios. Se esse olhar estivesse atento, nós não estaríamos hoje com 6 mil pessoas, lá no Município de São João do Caru, isoladas e a qualquer momento tendo que ser retiradas de lá por conta da demarcação de uma terra na qual 33 índios vão ser colocados.

Srs. Senadores, vamos votar – não contra a Presidente Dilma, não a favor da Presidente Dilma. Vamos votar a favor do povo brasileiro, do povo do Pará, do povo do Maranhão (*manifestação nas galerias*), e vamos derrubar esse veto. Aqui, quando nós colocamos essa situação, basta comparar os números: Minas Gerais tem 20 milhões de habitantes e quase 900 Municípios. No Maranhão, temos 8 milhões de habitantes e 217 Municípios. É perfeitamente possível, sim, criarem-se mais 15, 20 Municípios e corrigirem-se todas as distorções que existem lá. E se for preciso ser um número maior, que seja, mas que seja um número consistente, para chegar de verdade o incentivo para o nosso povo participar da política, participar, de forma cidadã, do debate da sua cidade e da construção do nosso País.

Viva o Brasil! Vamos derrubar o veto! (*Palmas nas galerias*.)

O SR. CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Cândido Vaccarezza, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eu me lembro, eu estava aqui.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp. (*Pausa*.)

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Para o Distrito de Junco se tornar cidade, é emancipação, já! (*Manifestação nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Foi o Deputado Amauri Teixeira, do PT, falando fora de ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB-RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Andre Vargas, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores, fui o Relator deste projeto no Senado Federal, fui Relator com muita convicção de que, mesmo sendo um número pequeno de novos Municípios, há necessidade de criar esses novos Municípios.

Eu vou contar rapidamente um pouco da minha história. Quando cheguei ao meu Estado, migrante do Estado de Santa Catarina, a cidade onde cheguei não era Município ainda. O meu Estado só tinha dois Municípios: a Capital, Porto Velho, e Guajará-Mirim. Logo foram criados mais 13 Municípios.

Eu fui o Vereador mais votado na primeira eleição de um destes Municípios, a cidade de Cacoal, que hoje tem 87 mil habitantes. É um Município respeitado do Norte do Brasil.

Depois, mudei para outra cidade que ainda era distrito, chamada Rolim de Moura. Fui o primeiro Prefeito dessa cidade, que hoje tem 52 mil habitantes. Fui Prefeito por duas vezes dessa cidade. Saí do último mandato de Prefeito para ser Governador do meu Estado. Como Governador, criei mais 11 Municípios naquele Estado, que hoje tem apenas 52 cidades.

Será que esse Estado não tem o direito de criar mais três ou quatro Municípios? Um distrito, já citado aqui pelo Senador Ivo Cassol, na divisa do Acre com a Bolívia, a quase 300 quilômetros da sede do seu Município, Porto Velho, a nossa Capital, com mais de 30 mil habitantes, já tentou se emancipar, mas não conseguiu porque a legislação não foi regulamentada.

Depois de 11 anos, com o projeto do Senador Mozarildo Cavalcanti discutido e acordado com as lideranças governamentais, com os Líderes de todos os partidos, do Governo e até da Oposição, será que nós não temos o direito de criar mais 180 Municípios, num país de dimensões continentais como é o nosso País? (*Palmas.*) São só 180 Municípios. Estamos pedindo apenas 180 novos Municípios. Não vai onerar os cofres do Governo. Vai ser da sede dos Municípios uma pequena parcela. Hoje, esses Municípios já estão bancando a saúde, a educação, a infraestrutura desses distritos. É muito melhor ser um Município pobre do que ser o distrito de um Município rico.

Por isso, eu defendo com convicção, Sras. e Srs. Parlamentares, a criação de novos Municípios. Vou votar pela derrubada do veto. (*Palmas.*) Vou votar pela derrubada do veto, até porque fui o Relator desta matéria.

E eu conclamo os meus colegas Senadoras e Senadores. Nós somos a Casa da Federação, e a Federação não é nada mais do que os Municípios e os Estados. Se os Municípios e os Estados formam a Federação brasileira, por que não dar o direito a esse povo que está em regiões isoladas de se emancipar (*palmas*), assim como se emancipou o Estado de Mato Grosso do Sul, o Estado de Tocantins, os Estados de Roraima, do Amapá, do Acre e tantos outros Estados novos que foram emancipados?

O Brasil não seria a Federação de Estados e Municípios que é hoje se não tivéssemos dado o direito de criar Estados e Municípios. Com novas regras, regras claras. Hoje não vai ter mais porteira aberta para criar 500, mil, 2 mil Municípios. Apenas 180 Municípios serão criados com essas novas regras.

Por isso eu peço compreensão ao Governo. Sou da base do Governo, sou Presidente em exercício de um dos maiores partidos da base do Governo, mas voto pela derrubada do veto, com todo o respeito ao Governo que eu apoio.

Muito obrigado. (*Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PA.) – O Deputado Armando Vergílio é o sexto Deputado, após o que teremos um requerimento.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Na votação anterior, o Deputado Luiz Sérgio votou de acordo com a orientação do PT.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PA) – Vai falar antes, como Líder, o Deputado Moreira Mendes.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (SDD-GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, antes de alguém morar em um País, antes de alguém morar em um Estado, ele mora em um Município. Como não houve uma revisão do pacto federativo, coube aos Municípios prover uma série de serviços para a população. Este projeto que nós estamos analisando aqui, objeto do veto integral da Presidência da República, foi discutido durante longos 11 anos nas duas Casas Legislativas. Nasceu no Senado e veio à Câmara, onde foi amplamente debatido. Fizemos uma lei muito boa, com os devidos ajustes, respeitando-se o comando do art. 18 da Constituição.

Depois desses anos todos, dessa discussão toda, vem um veto inexplicável, inaceitável, com base no argumento absolutamente inconsistente e não verdadeiro de que iríamos criar despesas. Isto não é verdade, apenas vai ser redividido o bolo do FPM. Em vez de despesas, este projeto cria dignidade e cidadania para

quem vive num distrito (*manifestação nas galerias*) que não tem água tratada, que não tem transporte, que não tem escola, como é o caso do Distrito do Jardim Ingá, vizinho a Brasília, no Município de Luziânia. Luziânia é a quinta maior cidade do Estado de Goiás, com quase 200 mil habitantes – quase 200 mil habitantes! – e quase 200 anos de idade. O Distrito do Jardim Ingá tem quase 100 mil habitantes. Como negar a um distrito com 100 mil habitantes que ele se emancipe? Como? O Jardim Ingá – eu convido os Deputados e os Senadores para uma visita – não tem transporte coletivo urbano, não tem saneamento básico, não tem habitação, não tem escola. Como negar este Município, se no Estado de Goiás, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, no máximo 3% dos Municípios... Goiás tem 246 Municípios, mas no máximo seis ou sete deles reuniriam as condições mínimas necessárias estipuladas neste projeto de lei para poder se emancipar, o ou seja, muito poucos, e isso também foi muito bem pensado para as diferentes regiões geográficas do Brasil, com critérios específicos para cada região.

O veto vai começar a ser votado pelo Senado, e agora, com o voto aberto, não há mais como se esconder. Os Senadores vão ter que mostrar a sua cara, vão ter que dizer para o povo brasileiro qual é a sua vontade.

Alguém instruiu mal a Presidência da República. Sra. Presidenta, a senhora se equivocou, infelizmente, ao vetar este projeto.

Eu peço aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que deem uma chance para a pessoas que moram nesses distritos, nesses rincões de Goiás, do Pará, de qualquer outro Estado, e que precisam ter o mínimo de qualidade de vida que só uma organização municipal, uma organização política decorrente da instalação de um Município, pode dar.

Como foi muito bem lembrado pelo colega, uma decisão do Supremo nos obrigou a fazer uma legislação. Nós fizemos, e a Presidência vetou. Errado!

Eu quero cumprimentar as pessoas que vieram do Distrito Jardim Ingá na pessoa da Vereadora Edna, que está acompanhada de vários outros colegas, e dizer que nós não vamos nos curvar, que nós vamos derrubar o veto, sim, por ser esta uma medida de justiça, uma medida necessária para garantir às pessoas o mínimo de qualidade de vida. Isto é respeito com o povo, é respeito com o cidadão, é respeito com quem paga imposto, portanto merece a nossa atenção e merece ter serviços, principalmente serviços públicos, de qualidade.

Vamos derrubar o veto! Vamos dizer “não” a este veto e vamos voltar a ter um projeto que nos permita reorganizar o nosso País, os nossos Estados, através de Municípios.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Este Deputado tinha feito as contas erradas: o Deputado Arnaldo Jordy é o sexto Deputado, para poder avaliar o requerimento, depois o...

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – V.Exa. quer falar agora? Só um minutinho, Deputado.

Como Líder, Moreira Mendes. Só um minutinho. S.Exa. está fazendo questão, e realmente o Líder fala na hora em que pede a palavra.

O SR. OZIEL OLIVEIRA (PDT-BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que na última votação o Deputado Oziel Oliveira votou com o PDT. Quero também registrar aqui o desejo de poder derrubar esse veto, que foi acordado e votado em favor dos Municípios brasileiros. Vários Municípios na Bahia, no Pará, no Maranhão, em Rondônia, em vários Estados estão esperando a votação, a derrubada desse veto. Nós estamos aqui lutando pelo bem da Nação e daqueles que moram no interior do Brasil. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deputado Moreira Mendes, pelo PSD.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero começar aqui esclarecendo que a palavra do Líder tem preferência sobre a de todos os outros.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – É verdade, é verdade.

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO) – Lamentavelmente, V.Exa. postergou minha fala várias vezes.

Eu quero chamar a atenção, e o meu discurso vai ser hoje especialmente para quem está aqui nas galerias: estas pessoas que estão aqui têm que entender o processo legislativo, que, às vezes, nós mesmos não entendemos. Está aqui uma maioria absoluta de Deputados, e, se tivéssemos uma votação agora, com certeza, a maioria absoluta dos Deputados aqui presentes votaria pela derrubada do veto. Mas acontece que não somos nós que vamos votar primeiro; quem vai votar primeiro são alguns poucos dos Senadores que estão aqui. E o que vai acontecer, na prática? Não vai haver quórum, e o veto vai ser mantido. É isto o que o Governo quer.

Eu vou explicar mais detalhadamente: o painel que vale para abrir a sessão é aquele que está registrado lá no Senado, em que tinha 68 Senadores – de 81, tinha 68 –, e o que está registrado aqui na Câmara com os Deputados. Os nossos Deputados estão todos aqui, os Senadores que estão aqui são poucos. Vejo ali o Ivo

Cassol, vejo lá o Acir Gurgacz, vejo ali o Mozarildo Cavalcanti, que foi o autor do projeto, e tantos outros que estão aqui, corajosos.

Mas o que aconteceu? O Governo não quer que o veto seja derrubado, não quer ter este ônus nas suas costas. E para que o veto seja derrubado aqui – quem derruba é o Senado –, precisa ter no mínimo 41 votos pela derrubada do veto dos Senadores. É só contar os Senadores que estão aqui. Fica clara a manobra do Governo. Mas é mais do que isso. Eu gosto, Sras. e Srs. Deputados, do jogo limpo. Se é para entrar num processo, disputar no voto e perder, eu vou para casa consciente de que cumprir com o meu dever. Agora, fazer jogo rasteiro, de última hora, e apresentar um projeto no Senado, a mesma proposta, que foi aquela que nós aprovamos com algumas pouquíssimas e pequenas modificações, para dizer que o Senado está discutindo outra proposta, isso é uma vergonha! (*Palmas nas galerias.*)

Eu queria chamar a atenção dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras que não estão aqui; é preciso que a população saiba disso. E nós vamos entrar num procedimento aqui – é isso que eu queria explicar: nós vamos derrubar a sessão, porque, se nós não derrubarmos a sessão hoje, nós vamos perder. Nós temos que jogar isso para a frente. (*Palmas nas galerias.*)

Eu quero concluir todos vocês, quero concluir todos os Estados aqui presentes para que, lá nos seus Estados, conversem com os seus Senadores, chamem a atenção deles. O que nós já votamos aqui foi uma exigência do Supremo Tribunal Federal. Foi no Senado que nasceu o projeto do Mozarildo Cavalcanti, e eu era Senador nessa época. Como é que o Senado agora enterra um projeto que nasceu lá, veio para cá, foi discutido e voltou para lá? Não é possível uma coisa dessas! (*Manifestação nas galerias.*)

Então, que isso fique claro: pelo meu Estado, já falou o Senador Ivo, já falou o Senador Raupp, já falaram tantos. Nós, dos Estados do Norte, sofremos demais com essa impossibilidade de criar novos Municípios. É uma injustiça com o Norte brasileiro. Este projeto que nós aprovamos é um projeto sério, de profundas modificações. Não se cria nenhum Município, se não atender a todas aquelas regras, e são muitas as regras. Quem vende essa ideia de que está havendo uma farra de criar Municípios faz uma maldade. É má-fé, porque isso não existe.

Então, eu quero aqui dizer para o Plenário e para os que estão lá em cima nas galerias: saibam que nós vamos entrar numa manobra agora para derrubar a sessão, porque nós não vamos conseguir aprovar, por conta dessa manobra sórdida do Senado Federal.

Cobrem dos seus Senadores nos seus Estados. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – O Deputado Arnaldo Jordy está na tribuna como último inscrito para falar, após o que nós teremos um requerimento. (*Apupos nas galerias.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Faço apenas um esclarecimento, Sr. Presidente; um esclarecimento, e é importante que saibam... (*Manifestação nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Silêncio, por favor!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB-SP) – O Deputado Moreira Mendes referiu-se a uma manobra sórdida do Senado, e eu gostaria de colocar os pontos nos is. Os Senadores do PSDB, os Senadores da Oposição estão aqui presentes, sim, para votar. (*Palmas nas galerias.*)

Houve uma manobra sórdida do Governo, que providenciou o esvaziamento da sessão. Há alguns Senadores da base do Governo que estão aqui; eu vejo o Raupp, vejo o Mozarildo, o Casildo, o Moka, vejo Ana Amélia. Agora, a maioria foi esvaziada por obra do Governo, que inventou um pretexto de última hora para desestimular e para impedir que os Senadores aqui ratificassem a sua posição, a posição que adotaram na votação.

Então, quem está com a manobra sórdida é o Governo. A Oposição está aqui e está aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deputado Arnaldo Jordy. Falta um inscrito para que o Regimento se cumpra.

Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser breve.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, queria, inicialmente, cumprimentar essa legião de brasileiros que estão se deslocando, desde o ano passado, para esta Casa, que é a Casa do povo, para reivindicar uma inspiração que está interditada há 17 anos. E 17 anos atrás existia aquilo que está sendo o objeto falso de alegação nesta sessão: a farra na criação de Municípios.

Antigamente, não havia critério algum. Era pela influência, pela manobra e pelo tráfico de influência política que se criava sem regramento e sem normatização qualquer.

Esse projeto, que foi lamentavelmente vetado pela Presidenta da República, foi negociado com todos os partidos – o Senador Raupp foi o Relator no Senado; o Deputado José Augusto e a Deputada Flávia conduziram

essa discussão na Câmara; e o Gabinete Civil da Presidência participou dessas discussões. E, lamentavelmente, nós vemos essa aspiração interditada.

O projeto é criterioso. Trata este País diverso de forma diferenciada: para as Regiões Sul e Sudeste é uma condição; para a Região Norte é outra condição; e para a Região Nordeste é outra condição. O que nós não podemos é simplesmente tratar isso de forma igual e sepultar a possibilidade do desenvolvimento de milhões de brasileiros que estão à espera, há quase duas décadas, para tentar apostar em uma realização, na construção da sua cidadania.

O Estado do Pará, por exemplo, tem uma delegação de quase 300 pessoas (*palmas nas galerias*), que vieram de mais de 2 mil quilômetros, tem a realidade, como já foi dito aqui, de distritos que distam mil quilômetros da sede do Município. O Distrito de Lindoeste, no Município de São Félix do Xingu, dista 342 quilômetros da sede do Município; o Distrito de Icoaraci tem 400 mil pessoas com vida própria (*palmas nas galerias*), com economia própria, com identidade cultural própria, e que não podem se emancipar.

Portanto, nós não entendemos as razões, a manobra que está sendo feita aqui com essa possibilidade de esvaziamento. E nesta sessão é o segundo voto que se aprova nesta Casa com o voto aberto. Nós votamos no ano passado uma matéria que também foi objeto de esvaziamento, numa contradição da votação anterior, que aprovou a matéria, e houve a negação na apreciação do voto. Portanto, é bom que este voto aberto seja a lupa para milhões de brasileiros que estão esperando esta decisão do Congresso Nacional no sentido de satisfazerem suas aspirações de desenvolvimento.

Nós precisamos saber quais são os Senadores e/ou Deputados que votaram na votação anterior e que mudaram ou vão mudar de convicção e de posicionamento aqui – o que é um direito. Essa manobra é perpetrada pelo Governo por razões inexplicáveis, porque participou do entendimento.

Portanto, queremos fazer um apelo a todos que estão aqui no sentido de que possamos dar continuidade a isso e satisfazer a aspiração de milhares de brasileiros que querem seu desenvolvimento com a emancipação de seus Municípios.

Emancipação já aos Municípios que pretendem um projeto nacional! (*Palmas nas galerias*.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, requeremos, nos termos do § 1º art. 39 do Regimento Comum, o encerramento da discussão do Veto Total nº 47, de 2013.

Sala de sessões, 18 de fevereiro de 2013.”

Assinado pelo Líder do Governo no Congresso Nacional.

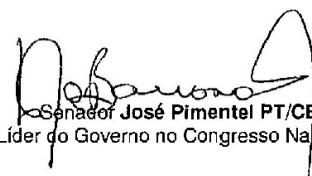
É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO N° 1, DE 2014-CN

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Requeremos, nos termos do § 1º, do artigo 39, do Regimento Comum, o encerramento da discussão do Veto Total nº 47, de 2013.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2014.



Senador José Pimentel PT/CE
Líder do Governo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Temos dois inscritos: o Deputado Zé Geraldo, do PT, e o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

Para orientar, abriremos daqui a pouco.

A votação começa pela Câmara. Vamos votar simbolicamente. Se houver pedido, é claro que...

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, representantes de todos os distritos do Brasil que estão presentes nesta sessão, não vou repetir o que os meus colegas já disseram nesta Casa, em termos de justificativa para

essa lei que trata da criação de Municípios, porque nós sabemos claramente que a própria Presidenta Dilma, o próprio Senado e os Deputados já estão convencidos de que precisamos dessa lei.

O que nós não precisamos é passar 10 anos no Brasil para aprovar uma legislação que trata do ordenamento territorial municipal, que não é só criar Município, é anexar distrito, é desmembrar, até para resolver a situação de centenas de famílias que hoje moram em um distrito, perto de uma cidade, mas pertence a uma cidade que está a 100 quilômetros do seu distrito.

Eu não entendo como o Senado Federal vai, no novo projeto, aumentar a população do Sul, aumentar a população do Nordeste. De acordo com esse projeto, que já define a população estimada, o Sul e o Sudeste já não criam mais Municípios. O Nordeste é que criará alguns Municípios. Não serão criados nem os cento e oitenta, que é a pretensão.

Mas quando essa lei for colocada em prática, com estudo de viabilidade econômica, com o Município que não pode ficar com a população menor do que aquele que será criado, com os plebiscitos, nem 100 Municípios serão criados no Brasil.

Todos nós falamos em Castelo de Sonhos, inclusive o Senador do PSDB aproveitou para falar mal da Presidenta Dilma Rousseff. Mas eu duvido que o Senador do PSDB, que está terminando os seus 8 anos de mandato, alguma vez, nesses 8 anos de mandato, tenha ido a Castelo de Sonhos ou pelo menos colocado uma emenda para fazer uma obra lá.

Enquanto isso, o asfaltamento da BR-163 está naquele distrito. O que não tem lá é a presença do Governo do Estado, que em 4 anos não mandou 1 litro de óleo diesel para consertar uma estrada naquele distrito.

Esta não é a hora de fazer o debate político ideológico não. No PT há Deputados que vão votar a favor do voto, mas também há Deputados do Brasil inteiro que vão votar contra o voto, como eu, por exemplo, que vou votar contra o voto, porque o Pará sofre. (*Apupos nas galerias.*)

Imaginem, Srs. Deputados e Srs. Senadores do Brasil, um Município como Altamira, em que está sendo construído o maior projeto do PAC do mundo: Belo Monte!

O Prefeito, o Secretário, o médico para ir de Altamira ao Distrito de Castelo de Sonhos tem que viajar 2 horas e meia em um avião monomotor, dentro do mesmo Município, pagando 7 mil reais pelo frete de um avião. Este Deputado aqui paga 7 mil reais, 8 mil reais pelo frete de avião para visitar esses locais, ou vai de carro, no barro e na poeira e também no asfalto. Graças a Deus, a Presidenta Dilma Rousseff está asfaltando as estradas. São 1.100 quilômetros! Eu viajo 1.100 quilômetros! De Mato Grosso a Itaituba, viaja-se 1.000 quilômetros e há dois Municípios, enquanto no Espírito Santo, eu pego um carro em Vitória, vou até Vila Valério, são 250 quilômetros, e passo por 30, 40 Municípios.

Nós precisamos dessa lei. Temos que encerrar essa discussão. Vamos votar. O Senado precisa agir com atenção. Aliás, quero aproveitar para dizer que o nosso Pará, que há 20 anos tinha 4 milhões de habitantes, hoje possui 8 milhões de habitantes. O TSE determinou que nós tivéssemos mais quatro vagas na Câmara dos Deputados, mas o Senado votou um decreto legislativo para anular a decisão do TSE, para que o Pará não tivesse as quatro vagas para Deputado Federal.

Nós precisamos debater mais essas matérias. A nossa legislação tem que se adequar ao Norte do Brasil. Não basta falar em Amazônia, não basta falar em meio ambiente, não basta falar em desenvolvimento sustentável! É preciso uma legislação para aquela região!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deputado Zé Geraldo, conclua.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) – Vamos votar! Vamos criar uma lei para criar Município no Brasil! Viva o povo brasileiro! (*Apupos nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá, e aí vamos à votação.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção do Plenário para um detalhe: a votação do voto começa pelo Senado, e no Senado há necessidade de haver 41 votos contra para que o voto possa cair no Senado e em seguida ser votado na Câmara. Nós percebemos claramente que não existe o número de 41 Senadores para poder derrubar o voto. Então, votar para perder não é o melhor caminho.

O melhor caminho é obstruirmos a votação desse requerimento, para podermos nos mobilizar, na semana seguinte, e vir à votação do voto com a certeza de que ele possa ser derrubado. Essa é a tática que tem que ser usada regimentalmente. (*Manifestação nas galerias. Palmas.*)

Eu sou a favor de todos vocês. Sou a favor de todos vocês. Prestem atenção: votar por votar não resolve. Nós temos que ter a oportunidade regimental de garantir que, se for votado no Senado, tenha que ser votado também na Câmara. Se o Senado não derrubar o voto, nem vem para a Câmara, e aqui nesta Casa é que vocês têm maioria de voto. Portanto, a tática correta é, nesse requerimento, obstruirmos a votação, não deixarmos

que ela ocorra hoje, até porque, habilmente, adredemente preparado, há um projeto agora, na calada da noite, que quer propor uma alteração.

Na verdade, Senador Mozarildo Cavalcanti, esse projeto só provoca confusão.

Nós temos que usar tática regimental. Qual é a tática regimental? Obstruirmos a votação desse requerimento para termos tempo suficiente de reagruparmos os votos. Nós não temos hoje 41 Senadores para votar “não”. Com 41 Senadores votando “não”, o veto é derrubado. Mas, no entanto, se você tiver 50 votos de Senador, sendo 40 votos pela derrubada, o veto está mantido. Então, cabeça fria, cabeça no lugar. A tática correta é a seguinte: obstruir a votação e, a partir daí, salvar os Municípios.

Eu sou a favor da emancipação, mas nós temos que ter a emancipação do Plenário, e hoje o Plenário não está emancipado, porque no Senado o veto será mantido.

Então, Sr. Presidente, Srs. Líderes, a tática correta é obstruir a votação desse requerimento para salvar o direito de os Municípios serem emancipados.

Emancipação já, mas com responsabilidade! Responsabilidade é obstruir a votação neste momento, até a vitória!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eu gostaria de votar, mas inscreveu-se agora o Senador Mário Couto, que vai encaminhar o requerimento. A Mesa tem que cumprir o Regimento, para a nossa alegria.

O SR. DIEGO ANDRADE (PSD-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Diego Andrade votou de acordo com a orientação do partido, na última votação.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB-PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Eu prometo aos Senadores e Deputados que serei breve.

Vocês que estão nas galerias assistindo a este debate vejam a bandeira do meu Estado, a bandeira do Estado que eu amo. Eu tenho a honra de dizer a você, bandeira, que jamais vou lhe trair. Defenderei você, bandeira, até os últimos minutos da minha vida pública, enquanto houver tribuna. (*Palmas nas galerias.*) Não irei à tribuna, como o Deputado esteve ainda há pouco, esconder-me atrás de minha fala. Perguntam a ele qual o seu voto.

Disse que o Senador não colocou uma emenda para Castelo de Sonhos. É verdade, Deputado, mas cadê V.Exa.? Mostre-me sua cara. É verdade, Deputado, mas eu tenho caráter e respeito o povo da minha terra. Eu jamais votarei contra o meu Estado! (*Palmas nas galerias.*) Jamais votarei contra o meu Estado! Esta é a minha honra. Este é o meu dever.

Por isso, Deputado, V.Exa. deveria ter a coragem de citar o meu nome, a coragem! Eu ia dizer a todos os paraenses quem é V.Exa. e que V.Exa. sobe à tribuna para defender, neste momento, a Presidenta que se dispôs a fazer um porto ao maior e pior ditador da história, o assassino varrido que é Fidel Castro. E ainda se abraça com ele! E ainda se mostra com ele! Beije o pé de Fidel! Beije, Dilma, o pé do maior ditador e assassino da história daquele país!

Castelo de Sonhos, não se esqueça de que aquele Deputado está traindo o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Sibá Machado votou com a bancada.

O SR. IZALCI (PSDB-DF) – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Para orientar a bancada.

O SR. DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ (PSD-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Danrlei de Deus Hinterholz apoia a orientação do partido.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, 1 minutinho. Eu sou o Coordenador da bancada do Estado de Alagoas. A Presidente Dilma está em Alagoas hoje, obviamente foi levar o PAC 2 para Alagoas. Os três Senadores estão acompanhando a Presidente Dilma e toda a bancada federal. Só eu e o Deputado Alexandre estamos aqui. Toda a bancada federal e os Senadores estão lá.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – É verdade.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (Bloco/PROS-AL) – Questão de justiça: como Coordenador da bancada federal do Estado de Alagoas, a ausência deles aqui é a ausência por um compromisso no Estado de Alagoas, Sr. Presidente. Justiça se faça: Renan Calheiros, Fernando Collor e Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Registrado.

O SR. HEULER CRUVINEL (PSD-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Heuler Cruvinell votou de acordo com a orientação do partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Para encaminhar a bancada.

Tem como abrir a orientação, por favor?

Começam pela Câmara todas as votações, a não ser daquelas matérias que foram apresentadas e vetadas advindas do Senado.

Para orientar, como é que vota o PT na Câmara?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) – Sobre o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Sobre o requerimento de encerramento.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – A posição da nossa bancada é favorável ao requerimento de encerramento da discussão, para acelerar o processo.

O PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o PMDB?

O SR. LUIZ PITIMAN (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB tem responsabilidade com essa matéria já exposta nos discursos dos seus Parlamentares e na brilhante defesa feita pelo nosso Presidente Nacional, o Senador Raupp.

Essa matéria importa aos milhões de brasileiros que vivem nos distritos.

A situação que temos hoje aqui é uma verdadeira arapuca montada para que o veto não seja derrubado. Tirou-se o quórum do Senado, portanto o veto não atingirá os 41 votos favoráveis e, se for votado, será mantido.

Nós adotaremos a estratégia regimental de entrar em obstrução e não permitir a votação na data de hoje para em uma data com quórum maior termos a oportunidade de derrubar esse veto e fazer justiça. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o PP/PROS?

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE. Sem revisão do orador.) – O PROS vota “não” ao requerimento e quer continuar a discussão. E entramos em obstrução também. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – PSDB.

O SR. IZALCI (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos que deixar muito claro. Primeiro, o Governo está brincando com esta Casa. O Governo tinha certeza de que seria mantido o veto. Está aqui a prova disso. Foi protocolado agora, às 19 horas, um projeto de lei complementar do Senado tratando da matéria cujo veto nós estamos derrubando agora. Esse é o respeito que o Executivo tem pelo Legislativo.

O PSDB, Sr. Presidente, está pronto para votar. Mas nós sabemos que o Governo usou a estratégia de esvaziar o plenário, de esvaziar o Senado – os Senadores não estão aqui para votar. Por isso é que nós vamos obstruir também esta votação. (*Palmas nas galerias.*)

Sr. Presidente, quero deixar registrado que estão aqui presentes também os motoristas de ambulâncias. (*Palmas nas galerias.*) A Presidente não sabe diferenciar o que é transportar uma pessoa doente do que é transportar uma mercadoria. Pelo tratamento que este Governo está dando a esses motoristas de ambulância, não está considerando a capacitação, o seguro. Está exigindo deles coisas que não podem acontecer. (*Palmas nas galerias.*) É bom vocês agora mostrarem à Presidente a diferença de uma mercadoria e de uma pessoa enferma; que vocês fazem todo sacrifício, andando no trânsito maluco, usando estradas esburacadas para salvar vidas.

Parabéns a vocês! Vocês merecem a nossa atenção! (*Palmas nas galerias.*)

Sr. Presidente, o PSDB está em obstrução.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas outras votações, Deputado Luiz Couto votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o PSD?

O SR. MOREIRA MENDES (PSD-RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já expus as minhas considerações, mas quero fazer apenas um registro agora diretamente ligado a nossa bancada.

Os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, a bancada dos Deputados Federais e a Deputada Marinha Raupp estão presentes aqui para derrubar o veto. Infelizmente, a manobra do Governo Federal não vai permitir.

Por isso, o PSD recomenda e orienta a obstrução. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o Bloco PR/PTdoB/PRP?

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Bloco/PR-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estive hoje à tarde com o representante dos condutores de ambulância, tentando convencer o Governo a chegarmos a um acordo. Infelizmente, não foi possível produzir esse acordo, porque parece que há pessoas que não compreendem que transportar gente é diferente de transportar batata, cimento, caminhão de mármore. (*Palmas nas galerias.*)

Então, como não queremos ver aqui esses dois projetos derrotados, vamos encaminhar pela obstrução para que no momento oportuno possamos dar a vitória a quem realmente tem direito e precisa vencer. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o Democratas?

O SR. LIRA MAIA (DEM-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todas as lideranças municipais deste País, principalmente as lideranças do Pará, sabem da posição deste Deputado e também da posição do Democratas, que é o nosso partido. Nós estamos aqui unidos para votar e derrubar o veto da Presidente da República em uma matéria que foi totalmente discutida entre os Líderes e que foi acordada inclusive com o Governo.

Nós não podemos aceitar a ditadura branca, perceberem que nós somos menos inteligentes do que os outros. O Governo, através da ação forte aqui, faz uma manobra dentro do Senado com os Senadores ligados ao Governo e vem para cá com a intenção de derrubar uma aspiração do povo brasileiro e uma questão de justiça que se faz com o municipalismo.

Por isso, o Democratas percebendo esta manobra e irmanado aos demais partidos, vota pela obstrução deste requerimento. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o PSB?

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o ideal seria que esta Casa e o Senado votassem a matéria. Mas não podemos entrar em uma votação antecipadamente sabendo que ela já foi armada para não dar certo.

Nós vamos entrar também em obstrução para assegurar que essa matéria, no mérito, seja julgada em nova sessão. Há matérias aqui pelas quais nós temos inteira responsabilidade.

Os companheiros de Pernambuco, como o Pastor Eurico, Ninho e outros companheiros, todos nós estamos comprometidos com regras mais rígidas das emancipações.

Na questão da condução de ambulâncias, de carros de emergência, o Deputado Dr. Ubiali, de São Paulo, nosso companheiro, é um dos autores dessa matéria. Portanto, nós temos posição sobre esses assuntos.

Mas ninguém vai entrar num beco sem saída sabendo que vai perder se a votação for hoje. Então, nós vamos entrar em obstrução até que o Senado e a Câmara assegurem o quórum e os votos necessários, Sr. Presidente.

É a posição do PSB.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o Solidariedade?

O SR. ALEX CANZIANI (PTB-PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Alex Canziani votou com o PTB.

O SR. ARMANDO VERGÍLIO (SDD-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antecipando a nossa verdadeira solidariedade aos condutores das ambulâncias, nós também, em razão da manobra que foi feita em completo desrespeito ao Congresso Nacional, iremos encaminhar pela obstrução.

Esta matéria é de relevância ímpar para a organização da sociedade nos grandes rincões do Brasil, que necessitam ter a emancipação de um Distrito, que passe a ser Município. Eu dei o exemplo aqui do Jardim do Ingá, que é um Distrito, com 80 mil habitantes, de Luziânia, que tem 200 mil habitantes. Como é que se pode negar a um Distrito com 80 mil habitantes o direito de se emancipar? O Prefeito de Luziânia, Cristóvão Tormin, estava aqui no plenário. O Prefeito é a favor! O Prefeito entende que a emancipação do Distrito do Jardim do Ingá vai colaborar sensivelmente. Prova disso é que o próprio Município, em tese, estaria perdendo um pedaço, mas o Prefeito, inteligente que é, sabe que isso vai agregar valor. Luziânia vai continuar crescendo e se desenvolvendo, e o Distrito do Jardim do Ingá vai poder oferecer qualidade de vida e dignidade para as pessoas. Então, quero congratular-me com o Prefeito, Cristóvão Tormin; quero cumprimentar a Vereadora, a Profa. Edna, e o Marcos, líder do movimento.

Nós vamos encaminhar a obstrução para, na próxima sessão, vermos os Senadores marcarem presença e mostrarem a cara aqui ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o PDT?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nosso Líder, Vieira da Cunha, já havia se manifestado favorável à derrubada do voto no que diz respeito ao projeto de lei que cria Municípios e também à derrubada do voto com relação aos motoristas de ambulância, que não são motoristas de carga seca, mas tratam com gente.

Então, nós precisamos ajudar o Governo a melhor governar e não admitir a explicação dada. Deputada Flávia Morais, V.Exa. trabalhou tanto na construção desse projeto de lei. Não podemos admitir que o Ministério da Fazenda venha dizer que vai aumentar despesas para o Governo, o que é uma mentira deslavada, cretina, medíocre, que não podemos admitir! (*Palmas nas galerias.*)

Então, Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que nós vamos entrar em obstrução, explicando aos companheiros que é uma manobra para o amanhã, perfeito? Vamos obstruir também!

(Manifestação das galerias. Fora Dilma! Fora Dilma! Fora Dilma!)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eu peço às galerias que se mantenham de forma urbana, tranquila e serena. Vocês são bem-vindos. Nós teremos uma nova votação. Então, peço um bom comportamento, tranquilidade e serenidade. Vamos acolhê-los de forma mais organizada da próxima vez.

O SR. JOÃO ARRUDA (PMDB-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado João Arruda votou com o partido na última votação.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, Luiz Sérgio votou com o PT.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA) – Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA) – Sr. Presidente, na semana que vem, poderemos votar esta mesma matéria, tendo oportunidade de visitar os Senadores, para que eles estejam aqui, porque eles serão os primeiros a votar, até porque o projeto é originário de lá e eles terão de votar primeiro.

Estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (PTB-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB está aqui com todos os seus Deputados para votar a derrubada do voto, conforme já encaminhado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, pelo nosso Líder Jovair Arantes e em uma homenagem ao nosso querido Estado do Pará, ao Castelo dos Sonhos (*palmas das galerias*), a Cajazeiras, a Vitória da Conquista, a Cruzeiro do Sul e a tantos outros lugares, que distam 200, 300, 1.000 quilômetros da sede do Município. Nós estamos aqui para derrubar os vetos de hoje. Mas, devido à manobra que já sentimos, o PTB, para votar no momento certo, hoje está em obstrução. (*Palmas nas galerias*.)

O SR. PAULO CESAR QUARTIERO (DEM-RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Paulo Quartiero votou com o partido na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o PCdoB?

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB participou de um amplo acordo nesta Casa, um acordo da Câmara e do Senado, que envolveu o Executivo, os Prefeitos, os Governadores, os setores interessados na aprovação desse projeto. Esta Casa se afirma quando cumpre os acordos firmados. Nós temos que nos respeitar.

A Presidenta Dilma fez o voto, e o PCdoB está aqui para derrubá-lo. É importante que vários distritos tenham o direito de se emancipar. O projeto é cuidadoso, é criterioso, não estabelece nenhuma farra para a criação de Municípios e reconhece o legítimo direito de vários distritos se emanciparem.

Como houve uma manobra de última hora para tentar perturbar aquela que já é a decisão desta Casa, o PCdoB, Sr. Presidente, obstrui esta votação, para permitir que, na semana que vem, nós possamos derrubar o voto.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o PSC?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC inicia registrando a presença do seu Senador aqui, Senador Eduardo Amorim, que inclusive hoje fez um grande trabalho junto à Casa Civil, tentando reverter a situação do voto da Presidência em favor dos nossos condutores de ambulância do SAMU. Infelizmente, o Governo é resistente e tem uma força extraordinária.

Quero dizer a V.Exas. que o PSC, na totalidade da sua bancada aqui na Câmara, veio para votar e derrubar esse voto maldito, porque a população que vive no interior do Pará e de todos os outros Estados anseia há anos por ter a liberdade de poder, no mínimo, ter atenção do Governo.

Prefeitura não faz tudo, mas faz muito. Nós precisamos salvar esse projeto e, por isso, entramos também em obstrução, em homenagem não só aos que vieram, mas também aos que ficaram esperando um resultado positivo.

O PSC está em obstrução. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o PRB?

O SR. CÉSAR HALUM (PRB-TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB me deu a missão de encaminhar a votação devido ao fato de eu ser representante do Estado do Tocantins. E o Tocantins é o exemplo mais recente que o Brasil conhece de que a redivisão territorial é a maneira mais rápida, mais eficiente e mais barata de fazer a interiorização do desenvolvimento.

Por respeitar o povo brasileiro, por querer levar o desenvolvimento para o interior, é que o nosso Senador Eduardo Lopes, do PRB, está aqui para votar, e toda a nossa bancada. E para seguir a orientação de que temos que derrubar esse voto, o PRB entra em obstrução. (*Palmas*.)

A SRA. LILIAM SÁ (Bloco/PROS-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Liliam Sá, do PROS do Rio de Janeiro, votou com o partido na sessão anterior. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – O.k.

Como vota o PV?

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Verde veio em bloco, veio maciço para a discussão e para a derrubada do voto presidencial. E não somente em relação ao assunto, ao tema de que estamos tratando, bem como também em relação aos motoristas de ambulância. (*Palmas nas galerias*.)

O Partido Verde, dada a necessidade de nós discutirmos essa matéria, votarmos a derrubada dos vetos, entende que devemos não correr o risco em relação ao quórum. Por isso, nós entramos em obstrução, prorrogando essa discussão, prorrogando essa decisão para a próxima semana. O Partido Verde, portanto, entra em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PT quer mudar o voto. Mudar o voto, Sr. Presidente, o PT.

O SR. PRESIDENTE(Andre Vargas. PT-PR) – Como?

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – O PT quer mudar o voto.

O SR. PRESIDENTE(Andre Vargas. PT-PR) – Muda!

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Sr. Presidente, nós votamos “sim” por entender que estaríamos atendendo o anseio daqueles que vieram aqui cobrar a votação. Mas nós não queremos também fugir da nossa responsabilidade. Nós queremos votar. Vamos entrar em obstrução, como os outros partidos, para garantir uma futura votação. (*Apupos nas galerias.*)

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado José Airton Cirilo, na sessão anterior, na votação anterior acompanhou o partido.

O SR. PRESIDENTE(Andre Vargas. PT-PR) – Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Andre Vargas, senhores e senhoras, o PPS veio aqui para esta sessão comprometido com o projeto que foi pactuado no Congresso Nacional e com o Executivo. Nós discutimos aqui extensa e intensamente todo o conteúdo do projeto. No nosso entendimento, este projeto estava pronto, pactuado, maduro, disciplinado, regrado para ser apreciado e desinterditar – repito – quase duas décadas em que os Municípios e os distritos não podiam se desenvolver.

Nesse sentido, em função da manobra a que assistimos hoje aqui, uma manobra inspirada nos interesses do Palácio do Planalto, queríamos saudar aqui a mudança de posição do Partido dos Trabalhadores e, inclusive, lembrar que a sua bancada no Senado, na votação anterior, à unanimidade, apenas com a abstenção do Senador Suplicy, votou a favor do projeto.

Nós entramos em obstrução para salvar a matéria. E que na semana que vem, inclusive com todos os que estão obstruindo essa matéria aqui, possamos entregar ao País mais essa conquista, que é um direito desses Municípios, o de se emancipar e construir cidadania.

O PPS é pela obstrução, em favor dos vetos. (*Palmas.*)

E também aos motoristas de ambulância e às faixas de pedestres, que não entendemos por que o voto da Presidente Dilma. (*Palmas.*)

Esse é o posicionamento do PPS.

O SR. ADRIAN (PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Adrian votou com o partido na sessão anterior.

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Dr. Rosinha votou com a bancada na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Andre Vargas. PT-PA) – Mais alguém para justificar votação? (*Pausa.*)
PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, às vezes a gente aqui não fala a verdade ou fala só o que convém. O que se está discutindo aqui é o encerramento do debate sobre o primeiro voto. Só que não veio aqui algo que eu sei que já está em discussão, que é a alternativa tardia, na undécima hora, fruto da desarticulação política do próprio Governo, em relação à criação de Municípios, estabelecendo um quantitativo mínimo para o Norte e o Centro-Oeste de 5 mil habitantes; para o Nordeste, de 15 mil; para o Sul e Sudeste, de 20 mil. E ninguém falou isso aqui. Quer dizer, isso não é honesto do ponto de vista do debate parlamentar. A rigor, a discussão não deveria se encerrar. Mas é óbvio que há uma estratégia superior para as pessoas derrubarem a possibilidade de acabar com esse voto sem se expor. Isso não é sério.

Por outro lado, a gente queria muito debater, sim, a derrubada do voto dos condutores de veículos de emergência. Isso é emergencial. E também não se vai votar.

Então, sob protesto, o PSOL vota “obstrução”.

Queremos o debate e a sinceridade aqui. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o PMN?

O SR. JORGE BOEIRA (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Jorge Boeira votou conforme a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – É para justificar, Deputado José Rocha?

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SDD-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Laercio Oliveira, na votação anterior, votou com o partido.

A SRA. JAQUELINE RORIZ (PMN-DF. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é visível a frustração deste Plenário com essa falta de pudor do Governo com este Plenário.

Portanto, Sr. Presidente, o PMN entra também em obstrução, em respeito aos condutores de ambulância e também à criação dos novos Municípios. Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota a Minoria?

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu quero me dirigir a vocês que resistiram, ficaram aqui, que inicialmente tiveram dificuldades de ocupar este espaço, que é do povo brasileiro, que são as galerias, e nós, da Oposição, estivemos ao lado de vocês. (*Palmas nas galerias*.)

E eu quero registrar que o PSDB, o Democratas, o PPS, o Solidariedade, a Oposição veio, desde o primeiro momento, para derrubar esse veto que desrespeita o direito do povo brasileiro de se organizar, que desvaloriza e que desrespeita os Municípios, esse veto, que desrespeita o trabalhador da área da saúde, os motoristas de ambulância, de serviços de emergência, do SAMU, mas veio denunciar.

A Oposição veio denunciar que esse tipo de manobra é inaceitável! Esse Governo autoritário viu que foi aprovado, por ampla maioria na Câmara, por ampla maioria no Senado, um projeto construído dentro do entendimento – e a Constituição de 1988 determinou que iria se criar uma regra para a emancipação. Passados 25 anos, quando, depois do fruto do consenso, a regra foi aprovada, de maneira autoritária, a Presidenta Dilma vetou. E pior: vendo que o veto ia ser derrubado, tirou Senadores, não deixou que houvesse quórum do Senado, e nós somos obrigados a obstruir para não tirar esse sonho legítimo de tantas cidades, principalmente do Norte e do Nordeste brasileiro.

Tem dinheiro para mandar para Cuba, tem dinheiro para a gastança até de passeio na Europa, mas não tem dinheiro para os Municípios! Por isso já começamos a escutar um coro aqui nessa galeria livre do povo de “fora, Dilma!”.

Acorda, Presidente Dilma! Os Municípios merecem respeito! Os trabalhadores do transporte merecem respeito! E nós da Oposição vamos estar aqui na semana que vem.

O Congresso está obstruído até votar e derrubar esses vetos que são ilegítimos, que dizem respeito ao povo brasileiro. (*Palmas nas galerias*.)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Como vota o Governo?

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo orienta obstrução.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE) – Sr. Presidente...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deputado José Rocha, que está querendo falar pelo PR, talvez para alterar.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PR entrou em obstrução porque deseja que esses representantes que aqui estão representando legitimamente distritos que têm condições de ser emancipados... Que nós possamos, na semana que vem, derrubar o veto e que esses Municípios possam realmente ser emancipados. Por isso é que aqui estamos defendendo esses interesses. (*Palmas nas galerias*.)

E quero, Sr. Presidente, aqui também registrar uma decisão hoje do Tribunal Superior Eleitoral que dá, em Correntina, o Prefeito Ezequiel Barbosa como legítimo representante do Município, que ganhou as eleições legitimamente nas últimas eleições.

Portanto, Ezequiel Barbosa é definitivamente o Prefeito de Correntina, na Bahia.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE) – Sr. Presidente, Deputado José Augusto, eu queria...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deputado José Augusto, só 1 minuto.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) – Sr. Presidente, eu quero fazer um pedido a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – O Deputado Arnaldo está inscrito.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Sem revisão do orador.) – Sendo evidente a obstrução de todos os partidos, não há necessidade de ser verificada a votação, porque todos os partidos estão em obstrução, e até o Governo o fez.

Quero cumprimentar o PT, que teve a habilidade de mudar na hora certa, e, quando eu fui para a tribuna com o chamamento para a obstrução, mostrava que o que nós queríamos na verdade era defender a emancipação já!

Não precisa nem verificar, Sr. Presidente. Um abraço. (*Palmas nas galerias*.)

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SDD-SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eu vou passar a palavra agora para a Deputada Rose de Freitas, que pediu licença de saúde, estava doente, veio para votar – aliás, como veio maciçamente a maioria da

Câmara dos Deputados. Eu não sei verificar... O Senado, nós não verificamos. Na prática, com a obstrução, nós não verificamos.

Vou passar a palavra em respeito à Deputada Rose de Freitas, que pediu licença, para que possamos depois encerrar a sessão.

O Deputado Nilson Leitão também.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA) – Sr. Presidente, eu quero só registrar... É só um lembrete, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Aí nós vamos encerrar.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero registrar uma comitiva da Bahia que aqui está presente: Zeni, ex-Prefeito, Lideranças, Zeni...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Obrigado, Deputado José Rocha. V.Exa. já falou agora.

O SR. JOSÉ ROCHA (Bloco/PR-BA) – ...Vereador Dewilson, ex-Vereador Zezinho e o Presidente da Comissão de Emancipação, Izídio Neto.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra a Deputada Rose de Freitas. (Pausa.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE) – Antes de a Deputada Rose de Freitas falar, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Só um minutinho, Deputado José Augusto Maia. Nós já vamos passar a palavra a V.Exa.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE) – Está bem.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB-ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, obrigada pela gentileza do tempo.

Eu venho aqui, sim, por uma questão especial, mas antes queria saudar os motoristas de ambulância. Acho que a lógica da vida vai reconhecer a justiça deste pleito.

Sr. Presidente, se alguém puder me responder – eu sou uma Deputada municipalista, Deputado Danilo Forte –, eu gostaria de saber o que afinal de contas está acontecendo aqui no Congresso Nacional. A democracia está sendo roubada. Quando os Municípios que nos elegem vêm aqui reivindicar autonomia e liberdade para decidir seu destino... Não é possível. A autonomia de que nós estamos falando não é igual à autonomia... No meu Estado, os Municípios se desenvolveram graças à emancipação. Eu cito aqui a riqueza que o Município de Venda Nova do Imigrante construiu sendo dono do seu destino.

Esta não é uma matéria partidária. Não é matéria da base do Governo. Esta é uma matéria que diz respeito ao povo brasileiro, ao cidadão que mora no Município. (*Manifestação nas galerias.*) Quantas vezes nós ouvimos dizer nesta Casa que a vida do cidadão começa onde ele mora? Será que isso está sendo esquecido? Será que as pessoas não se importam mais com o que vai acontecer no Espírito Santo? Como é que o povo do Amapá pode dizer como o povo do Espírito Santo deve agir? Deem ao povo a oportunidade de decidir a sua vida, o seu destino.

Este centralismo democrático me incomoda – e eu sou da base do Governo –, porque isto não é matéria para ser decidida na mesa da Presidenta da República. Esta matéria deve ser decidida onde o povo vota, onde o povo sabe das suas agruras e das suas dificuldades, e não com uma régua de tratamento igual.

O meu Estado precisa ter a oportunidade de decidir o destino de suas tantas regiões. Nós crescemos mostrando as nossas desigualdades, mostrando que, se hoje Governador Lindenbergs existe, se Brejetuba prospera a cada dia, como também Venda Nova, Conceição do Castelo e Marechal Floriano, é porque puderam dizer o que queriam para si e para a sua região.

Os governos, todos eles – e não o que eu apoio –, têm uma centralização de renda absurda. Ouvi numa propaganda de televisão dizerem que nós queremos distribuir pobreza. Ora, o que nós queremos é, primeiro, liberdade para decidir a vida onde ela precisa ser decidida: na base, no Município. Segundo, nós queremos autonomia. Como é que nós mandamos caravanas aqui para discutir o destino de outros países, e impedimos que o povo brasileiro decida o seu?

Lá no meu Estado, Deputados, é mais do que importante que esses plebiscitos se realizem, para que cada cidadão possa dizer o que pensa. A decisão não pode ser de cima para baixo. Eu não consigo conviver com isso, por isso pedi à minha médica que me liberasse, senão eu teria um infarto nesta mesa. Eu não consigo, sendo Deputada municipalista, ver ser decidida por um voto presidencial matéria em que a maioria desta Casa decidiu o contrário. (*Palmas nas galerias.*)

É certo, é inteligente, Sr. Presidente, que se suspenda esta sessão, e mais triste ainda é ver que o Senado, por uma maioria de metade mais um, pode barrar a vontade da maioria absoluta da Câmara dos Deputados. Isto nós vamos fazer.

Mas eu quero deixar registradas as minhas últimas palavras, Deputado Danilo Forte e Deputado Adriano. Nós estamos tratando de gente, e gente não é gado, gente tem o direito de tomar suas posições.

Eu vejo nas matérias que são veiculadas nos canais de televisão: “Olha, isso vai sacrificar o Governo”. Mas quanto não sacrifica a população dessas cidades, que não pode decidir o seu destino?

Eu vou contar uma história breve. Se vocês passarem por Marechal Floriano e virem aquela cidade que tinha quatro lojinhas transformada numa cidade que tem mais de cem, saibam que ela nasceu de Domingos Martins, cidade centenária, mas que prosperou porque o povo disse: “Nós queremos autonomia para nos desenvolver”.

Desenvolvimento não é matéria de gabinete, é matéria que diz respeito à vida do cidadão. Por isso, seria bom, para começar a conversa, tirar 66% da renda concentrada na União que passa pelo Estado e não chega ao Município.

Eu peço aos senhores: vamos votar! Não tem nada demais. Vamos votar com liberdade!

Este povo que pede liberdade e autonomia foi que nos colocou aqui. (*Palmas nas galerias.*) Em respeito a esse povo, vamos derrubar este veto no tempo em que ele vier. Paciência! A verdade é uma luz pequeninha que fica na escuridão, mas, quando ela arde, conduz todo mundo para o caminho certo.

Muito obrigada. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PAULO CESAR QUARTIERO (DEM-RR) – Sr. Presidente...

O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado José Augusto, depois o Deputado Nilson Leitão. Em seguida nós vamos concluir. Está bem? (*Pausa.*)

O SR. EVANDRO MILHOMEN (PCdoB-AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Evandro Milhomen votou de acordo com a orientação do PCdoB, na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Rapidamente nós vamos concluir.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como a sessão será finalizada daqui a pouco, eu queria dizer a todos o seguinte. Alguém andou observando que a votação poderia ser feita na próxima semana. Mas a próxima semana é carnaval, não será possível.

O SR. PAULO CESAR QUARTIERO (DEM-RR.) – Trintas dias.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE) – Então já estamos entrando em articulação. Vocês já podem ver que todos obstruíram. Amanhã, tenho certeza, antes de vocês viajarem nós já teremos uma grande notícia.

Quero dizer a vocês que esperem a Frente Parlamentar. Eu, como Presidente da Frente Parlamentar, vou entrar em contato com vocês para marcar o dia certo. O.k.? Fiquem tranquilos. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Valdir Colatto votou de acordo com a orientação do partido, na última votação.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE) – A vinda de vocês aqui não foi em vão. Não foi. A gente já conseguiu – como Deus quer – os nossos objetivos. Olhem ali: obstrução geral. Isto é porque nós vamos derrubar o veto, e vai ser com o entendimento de todos os partidos.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Conclua, Deputado.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MAIA (Bloco/PROS-PE) – Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero dizer que tenho certeza de que amanhã este entendimento vai ser concluído e todos aqui, todos, vamos nos dar as mãos, porque o nosso projeto é um projeto do povo brasileiro. É de vocês! Está bem?

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Nilson Leitão. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO UCZAI (PT-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Pedro Uczai, na votação anterior, votou de acordo com a orientação do partido.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou tentar ser muito breve. Quero apenas fazer um registro.

Em primeiro lugar, este projeto, Deputado Danilo Forte, foi exaustivamente debatido com a Casa Civil e com o Ministério do Planejamento, e foram feitas várias mudanças, contrariando, inclusive, a nossa vontade. Então, o que a Presidente Dilma Rousseff vetou foi o projeto inventado por ela. Em primeiro lugar, ela desfez aquilo que ela construiu.

Em segundo lugar, quero dizer que 180 Municípios vão onerar o País? Oneram muito menos do que os 800 milhões de dólares investidos em Cuba, mas estes são do povo brasileiro.

Ela não consegue conhecer o Brasil. Por isso é que houve o veto. Não há má-fé da Presidência, há desconhecimento. Ela não conhece o País. Se ela fosse ao Mato Grosso, ao Pará, ao Acre, a Rondônia, a todos os rincões brasileiros, ela saberia da importância do projeto e do sofrimento dessa população, e da luta para tentar se emancipar – um direito de cada um. Sr. Presidente, esta manobra do Senado é para se desfazer do povo brasileiro. Ninguém quer criar Município para criar Prefeito. Nós estamos votando a favor de uma população que está esquecida. E, só para registrar, é tão esquecida, Deputado Danilo Forte, que nesses locais, principal-

mente nos assentamentos, a população não tem direito a telefonia, não tem direito a Internet, não tem direito ao mínimo do que qualquer brasileiro deveria ter.

Então, para esses que estão jogados ao canto, jogados longe daquilo que o Brasil pode oferecer, este veto da Presidente Dilma significa uma banana dada aos brasileiros. Ela é que tem que reconhecer e voltar atrás.

Eu tenho certeza de que o Partido dos Trabalhadores, hoje, está envergonhado com este veto, mas ainda há chance de voltar atrás. (*Palmas nas galerias.*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Roberto Britto.

Depois falarão os Deputados José Airton, Danilo Forte e Laercio. Depois, voltaremos a palavra aos Deputados que estão desse lado aí. Assim, terminaremos...

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Eu estou inscrito aí!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deixa eu esclarecer, Deputado Amauri. V.Exa. fala bastante na sessão, e nunca há impedimento.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Eu quero garantir a minha palavra, só isso.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Não há inscrição aqui. Nós poderíamos ter concluído a sessão já.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA) – Mas V.Exa. me dá a palavra também.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eu vou passar a palavra tranquilamente, mas só 1 minutinho. Deputado Roberto Britto.

O SR. ROBERTO BRITTO (Bloco/PP-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer a todos aqueles que aqui hoje vieram que esta luta não foi em vão, e que nós continuamos em pé e às ordens, para que possamos continuar essa luta, que, eu não tenho a menor dúvida, será uma luta vitoriosa.

Quero saudar aqui todos aqueles da Bahia que estão aqui neste instante, liderada pelo querido Vereador Dinho, Wagner, Guilardo e Poupança.

Gostaria de dizer que não é possível, como todos já disseram aqui, Sr. Presidente, que Distritos tão distantes e tão populosos fiquem à mercê da sua emancipação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Deputado José Airton; um Deputado lá, outro Deputado cá...

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aqui também dar o testemunho da importância do Congresso Nacional regulamentar esta matéria, porque os Municípios brasileiros foram impedidos, por conta da Emenda Complementar nº 15, que tirou o poder das Assembleias... (*Manifestação das galerias. Fora Dilma! Fora Dilma! Fora Dilma!*)

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Por favor, silêncio! (*Manifestação das galerias. Fora Dilma! Fora Dilma! Fora Dilma!*) Silêncio! Silêncio! Aqueles que querem voltar tranquilamente, silêncio! Respeitem os Parlamentares!

Deputado José Airton.

O SR. JOSÉ AIRTON (PT-CE) – Sr. Presidente, queria dar o testemunho da importância de este Congresso regulamentar esta matéria, porque o próprio Supremo Tribunal Federal determinou que nós temos que regulamentar esta matéria, porque não podemos deixar esta situação que nós estamos vivendo, quase 20 anos sem as Assembleias terem competência para regulamentar a criação, incorporação, fusão e desmembramento de novos Municípios.

Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores, numa reunião externa, Sr. Presidente, decidimos, quase unanimemente, acompanhar, para que nós possamos aprovar essa matéria e, com isso, resolver a situação desses Municípios.

Eu, como municipalista que sou – lutei pela emancipação de vários Distritos no Ceará; fui o primeiro Prefeito da cidade de Icapuí, que é referência para o Brasil –, não poderia deixar de colocar essa questão como uma luta de várias comunidades que têm o direito de se emancipar e que estão em Municípios grandes, como é o caso de Pajuçara, de Jurema, em Caucaia, que tem quase 100 mil habitantes. Portanto, nós precisamos regulamentar esta matéria.

Eu acho que houve um equívoco por parte do Governo e espero que nesse período agora nós possamos superar as dificuldades e aprovar esta matéria amanhã.

Um abraço. Contem conosco!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Danilo Forte. Depois vamos voltar para cá, Deputados Laércio, Cleber Verde.

O SR. DANILO FORTE (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizá-lo pela bela condução dos trabalhos. Foi uma sessão difícil, um pouco até tumultuada no início, mas V.Exa. teve a maturidade de conduzi-la tão bem, valorizando exatamente o princípio democrático que nos abasteceu e nos prometeu ainda mais com o povo brasileiro.

Esta é uma casa de reflexão. A Câmara dos Deputados está de parabéns pela maturidade alcançada durante o debate. Teve a compreensão de entender o momento que o Senado Federal vive, de dificuldade da pressão ou da opressão que o Senado pode ter vivido hoje em função da força do Governo, numa manobra que queria, com isso, impedir a emancipação dos Municípios brasileiros.

Mas eu acho que o recado da Câmara será ouvido. É o eco, com certeza, do povo da Jurema, do meu Ceará, em Caucaia, do povo de Pajuçara, em Maracanaú, e da vigília que foi feita ontem em Mineirolândia, em Pedra Branca, onde toda a comunidade foi à igreja rezar, exatamente para ter o direito e a oportunidade de ver Mineirolândia se transformar em um Município.

É exatamente por isso que essa paixão da política nos contamina a todos, porque, por meio de uma ação transformadora, o povo brasileiro quer ver o seu País crescer e se emancipar. Essa é a luta de todos nós pela erradicação da pobreza no nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, parabéns à Câmara dos Deputados, a todas as Lideranças que compreenderam este momento! Que o Governo saiba ouvir, que o Governo consiga compreender a necessidade de ter uma melhor articulação política, para que não fique batendo com a cara na parede, indo de encontro à vontade do povo brasileiro e do Congresso Nacional.

Obrigado, Presidente Andre Vargas.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Concedo a palavra ao Deputado Laercio Oliveira. Depois, concederei ao Deputado Cleber Verde, ao Deputado Amauri Teixeira, ao Deputado Eurico Júnior, ao Deputado Adrian, ao Deputado Valdir Colatto e ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (SDD-SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas, eu acho que esta Casa deve um pedido de desculpas à sociedade brasileira aqui representada. Infelizmente, este foi mais um dia triste para o Congresso Nacional, que se reuniu com o propósito de analisar os vetos, mas nada aconteceu. Mais uma vez, conseguimos frustrar o povo brasileiro aqui representado.

Os condutores de veículos de emergência querem apenas a regulamentação de suas atividades. Não há piso de salário envolvido. Não há nada disso. Estes homens são uns verdadeiros heróis. Muitas vezes, Sr. Presidente, eles conduzem veículos que não têm sequer condições técnicas para andar a tanta velocidade. O que eles transportam, Sr. Presidente, são vidas, vidas que muitas vezes estão por um fio, e fazem isso como se levassem entes queridos deles.

Portanto, eu acho que a gente deve ir para casa hoje com um peso na consciência, porque nós não fizemos o dever de casa que deveríamos ter feito. Deixo este registro nos Anais da Casa para que cada um de nós faça uma reflexão para saber se o que nós fizemos aqui hoje foi certo. O que é mais importante? Então, que cada um volte para sua casa hoje, e nós na próxima semana voltemos aqui mais uma vez, para cumprir dignamente o nosso papel. Se for preciso ir a votos, iremos a voto conscientemente, mas todos, não precisamos nos esconder atrás do Governo. Não vale a pena. O exercício do mandato de cada um depende da forma como nós encaramos o nosso dever.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Cleber Verde.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é evidente que a sessão vai cair em razão da obstrução dos partidos, mas é importante que se registre que, por exemplo, no Maranhão, meu Estado, vários povoados que se transformaram em Municípios conseguiram se desenvolver e hoje têm uma infraestrutura que lhes permite oferecer uma atenção mais especial à população que ali vive.

Nós entendemos que a obstrução de hoje é para que nós possamos, na próxima oportunidade, garantir a derrubada deste voto, de modo a permitir, sim, Sr. Presidente, que vários povoados do Brasil, especialmente do Maranhão... Temos quase 30 povoados que preenchem os critérios aqui estabelecidos. A Assembleia Legislativa terá condições de apreciar essa questão da população e a viabilidade econômica do Município, para permitir que povoados como, por exemplo, Alto Brasil, que hoje faz parte de Grajaú, e Auzilândia, que faz parte de Alto Alegre, tenham garantida a sua transformação em Município.

Tenho certeza de que na próxima oportunidade nós derrubaremos este voto e garantiremos essa transformação a todos os povoados que atendem aos critérios estabelecidos por este projeto, amplamente discutido inclusive com o Governo. Sr. Presidente, é bom que se diga que o Governo participou exaustivamente das discussões. O projeto está pronto. Por isso não se entende o voto.

Eu não tenho dúvida de que o Congresso, que garantiu a aprovação do projeto, vai derrubar este voto, para permitir que povoados do Brasil, especialmente do Maranhão, possam ser transformados em Municípios e assim garantam o seu desenvolvimento e oportunidades para a sua população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Eu pediria que cada um concluisse no seu tempo, para liberar o Presidente e os trabalhadores aqui presentes. Nós estamos no final da sessão.

Concedo a palavra ao Deputado Amauri.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar, em homenagem a Rony, Vereador do Junco, em homenagem àqueles de Salobro que aqui vieram (*palmas*), em homenagem a todos os baianos que estiveram aqui, sejam de Casa Nova, sejam de Itabatan, sejam de Posto da Mata, sejam do Bravo, sejam de qualquer distrito que tem condição de se emancipar.

Nós de Jacobina podemos confirmar isso, porque Capim Grosso, que pertencia a Jacobina, emancipou-se e desenvolveu-se; Ourolândia, que pertencia a Jacobina – e não estou falando de época remota, estou falando de tempos recentes –, emancipou-se e desenvolveu-se; *Umburanas*, que pertencia a Jacobina, emancipou-se e desenvolveu-se. Enfim, uma série de distritos nossos, como São José, emanciparam-se e desenvolveram-se. Não conheço nenhum distrito que tenha se emancipado e atrofiado, Sr. Presidente. A emancipação leva ao desenvolvimento. A emancipação leva à aproximação do civismo.

Faço parte da Frente Parlamentar pela emancipação e vou continuar votando. Agora, alguns que chegaram aqui e, demagogicamente, falaram para os babacas, alguns das galerias, que queriam as galerias cheias, eles passaram olhando para eles com nojo, não foram lá garantir que viessem para as galerias. Eu fui! Eu fui! E quero reclamar desta Casa. Esta Casa não pode excluir das galerias nenhum grupo. Nós queremos discutir e votar com as galerias cheias. Não temos medo do povo. O povo é a essência do nosso mandato.

O nosso partido decidiu que vai liberar a bancada, e eu vou votar pela derrubada dos dois vetos: o dos motoristas de ambulância e o da emancipação dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Concedo a palavra ao Deputado Eurico Júnior. Depois, concederei ao Deputado Valdir Colatto, ao Deputado Adrian e ao Deputado Paulo Rubem Santiago. Aí não sobrará mais ninguém.

O SR. EURICO JÚNIOR (PV-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos aqui com a representante do DCE do curso de Medicina da Universidade Gama Filho. Eles hoje conseguiram as assinaturas de todos os Líderes desta Casa, para, amanhã, encaminhar um documento ao MEC. Eu queria fazer este registro em nome da Nathalia Coutinho, que está representando todos os estudantes que, este mês inteiro, estarão em Brasília lutando por uma solução para os alunos da Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, fui Vereador de Vassouras e lutei pela emancipação dos Distritos de Paty do Alferes e Avelar, o que aconteceu em 6 de setembro de 1987, junto com a emancipação do Município de São José do Vale do Rio Preto. Fui eleito o primeiro Prefeito do novo Município de Paty do Alferes e Avelar, tendo como Vice-Prefeito Alexandre Lisboa, que, aliás, hoje faz aniversário. Com o crescimento desse Município, eu participei da campanha de diversos distritos que foram emancipados, como Comendador Levy Gasparian, que hoje é uma potência em termos de geração de empregos, Areal, Quatis, Cardoso Moreira, Porto Real, Aperibé, Japeri – Engenheiro Pedreira –, Tanguá, Queimados, Seropédica, Belford Roxo, Quissamã, São Francisco de Itabapoana, Carapebus, Guapimirim, Mesquita e Peribé, entre outros.

Sr. Presidente, o Estado do Rio tinha 64 Municípios; hoje tem 92. Dos 28 que viraram Município, todos eles estão fortes, a qualidade de vida dos seus municípios melhorou, está havendo geração de emprego e de renda.

Por isso eu votei a favor da derrubada do veto e pela emancipação de Distritos como Tamoios, Barra de São João, Jardim Catarina e diversos outros no Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Obrigado, Deputado Eurico.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós de Santa Catarina somos pela emancipação, com certeza, embora as regras vão praticamente excluir nosso Estado.

Santa Catarina tem 295 Municípios. O maior deles, Joinville, tem em torno de 500 mil pessoas e é exemplo para todo o Brasil.

A qualidade de vida está nos pequenos Municípios, na segurança contra o tráfico, contra a criminalidade, contra as drogas, está na ausência de filas.

A interiorização do Brasil, deste País continental, tem que acontecer. O pessoal está se amontoando no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em São Paulo. Será que essa é a saída? É claro que não! Nós temos que fazer com que a população fique no interior. Esta é a saída para o Brasil. Por isso nós precisamos criar Municípios, sim.

A Itália tem dez vezes mais Municípios que o Brasil e é um país desenvolvido. Nós precisamos interiorizar a nossa população.

Não consigo entender esta matemática: nós votamos nesta Casa o projeto, na Câmara e no Senado, e o aprovamos com larga margem. Agora vem o veto, e Deputados e Senadores mudam o voto? O voto agora é

aberto. É só checar o voto de antes e o voto de agora para ver quem mudou de ideia. Nós temos que ser coerentes. Se você aprovou o projeto, vai mudar de voto agora, por causa do veto? Não é por aí. O voto aberto vai mostrar a cara dos Deputados e Senadores.

E não pode agora o Governo, ao apagar das luzes, já às 6 horas da tarde, mandar pela Senadora Gleisi Hoffmann um projeto de lei que tripudia, que humilha esta Casa que tanto já discutiu este projeto e quer aprová-lo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Com a palavra o Deputado Adrian.

O SR. ADRIAN (PMDb-RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu hoje cheguei um pouco tarde, porque estava acompanhando o Governador, mas cheguei a tempo.

Em respeito a estas pessoas que vêm aqui apesar de todas as dificuldades, eu quero saudar a comissão pró-emancipação do futuro Município de Tamoios. Tenho certeza de que nós vamos conseguir derrubar este voto. Nós precisamos acabar com essa novela e pedir aos Deputados e Senadores que respeitem estas pessoas e façam justiça ao Brasil. A maioria dos Municípios que se emanciparam progrediram e hoje podem oferecer melhores condições de vida para suas famílias.

Pedimos que esta votação seja feita logo, para que estas pessoas não voltem tristes por não ter acontecido o que elas queriam e precisem vir aqui mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser bastante breve.

A sessão foi obstruída, mas já publiquei o meu voto no meu perfil na rede social Facebook: www.facebook.com/paulorubem.

No voto que publiquei há poucos minutos, repito aquilo que tenho dito em inúmeras emissoras de rádio do meu Estado, da Região Metropolitana do Recife, do Agreste, do Sertão: emancipação não é uma simples divisão. O Distrito emancipa-se da cidade maior e passa a ser um novo Município. Emancipação é um processo de transformação.

Por isso defendemos a derrubada do voto, defendemos que, a partir da legislação já aprovada, os novos Municípios tenham, dos Vereadores que vierem a ser eleitos, da sociedade, controle social, fiscalização, Conselhos em funcionamento, regionalização dos orçamentos. Estes são, naturalmente, os instrumentos necessários para que a emancipação aconteça de verdade.

Portanto, o meu voto já está publicado. Aqueles que quiserem conhecê-lo acessem www.facebook.com/paulorubem. Lá está a minha posição, pela derrubada do voto da Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Conforme verificamos, todos os partidos estão obstruindo a votação. Todos os Parlamentares que pretendiam falar já falaram. Portanto, estamos encerrando a sessão.

ITEM 1

VETO TOTAL N° 47, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 47, de 2013, aposto ao **Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar (nº 416, de 2008-Complementar, na Câmara dos Deputados)**, que “dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal”.

– Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 2

VETO PARCIAL N° 48, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Parcial nº 48, de 2013, aposto ao **Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2013 (nº 7.639, de 2010, na Casa de origem)**, que “dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências”.

Partes vetadas do projeto:

– inciso III do art. 2º;

– art. 11; e

– art. 13.

– Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 3

VETO TOTAL N° 49, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 49, de 2013, aposto ao **Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2012 (nº 4.268, de 2008, na Casa de origem)**, que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro

de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a implantação de faixas, passarelas ou passagens subterrâneas para a travessia de pedestres nas proximidades de estabelecimentos de ensino”.

– Incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

ITEM 4
VETO TOTAL N° 50, DE 2013

Discussão, em turno único, do Veto Total nº 50, de 2013, apostado ao **Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2012 (nº 7.191, de 2010, na Casa de origem)**, que “regula o exercício da atividade de condução de veículos de emergência”.

– incluído na Ordem do Dia nos termos do § 6º do art. 66 da Constituição Federal.

Com relação à próxima sessão, conversamos com o Presidente Renan Calheiros e entendemos que ela deva ser marcada com tranquilidade, porque nós temos uma situação pré-carnavalesca logo na semana que vem, a semana seguinte é a própria semana do carnaval e nós já temos uma sessão mais ou menos indicada para o dia 18 de março, para a qual precisamos nos preparar, porque, se juntarmos as duas sessões, o que é provável, teremos 12 itens na pauta, então precisaremos fazer a sessão de dia, provavelmente, para conseguir dar vazão às matérias, entre elas a LDO e o veto também polêmico da Lei Eleitoral, que impacta no processo eleitoral que já se avizinha, que está em curso.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas. PT-PR) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 28 minutos.)

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 31ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 E 18 DE DEZEMBRO DE 2013

(Publicada no **Diário do Congresso Nacional** nº 29, de 18 e 19 de dezembro de 2013).

RETIFICAÇÕES

À página 2925, republique-se o Ato Conjunto nº 15, de 17 de dezembro de 2013, por omissão gráfica de parte do texto:

Ato Conjunto n. 15 , de 17 de dezembro de 2013

Institui Grupo de Trabalho destinado a organizar o V Fórum de Consulta de Presidentes de Parlamentos do G20, a ser sediado no Brasil, no ano de 2014.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL e o PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVEM:

Art. 1º Fica criado o Grupo de Trabalho destinado a organizar o V Fórum de Consulta de Presidentes de Parlamentos do G20, a ser sediado no Brasil, no ano de 2014.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho criado por este ato funcionará até o encerramento das atividades do V Fórum de Consulta de Presidentes de Parlamentos do G20.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I – propor à administração do Senado Federal e da Câmara dos Deputados todas as medidas necessárias à viabilização do V Fórum de Consulta de Presidentes de Parlamentos do G20;

II – definir o local e a data em que se realizará Fórum;

III – estabelecer a pauta do Fórum;

IV – participar das reuniões preparatórias eventualmente convocadas para o evento.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto pelos seguintes membros:

I – pelo Senado Federal:

- a) Senado Romero Jucá (PMDB-RR) (coordenador);
- b) Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES);
- c) Senador Humberto Costa (PT-PE);
- d) Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB);
- e) Senadora Ana Amélia (PP-RS).

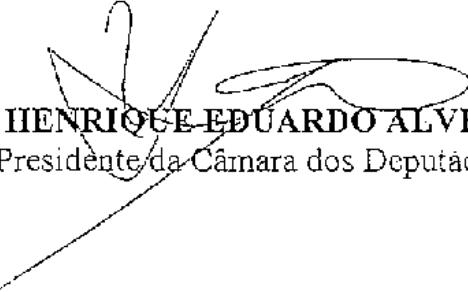
II – pela Câmara dos Deputados:

- a) Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) (coordenador);
- b) Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO);
- c) Deputado Otávio Leite (PSDB-RJ);
- d) Deputado João Maia (PR-RN);
- e) Deputada Mara Gabrili (PSDB-SP).

4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2013.


RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal


HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente da Câmara dos Deputados

Às páginas 3084 a 3097, republique-se o Projeto de Lei nº 32, de 2013- CN, por erro gráfico no texto:

PROJETO DE LEI N° 32, DE 2013-CN
MENSAGEM N° 112, DE 2013-CN
(n° 444/2013, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 839.651.997,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013), em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 839.651.997,00 (oitocentos e trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura de crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2012, no valor de R\$ 18.708.166,00 (dezento milhões, setecentos e oito mil, cento e sessenta e seis reais); e

II - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 820.943.831,00 (oitocentos e vinte milhões, novecentos e quarenta e três mil, oitocentos e trinta e um reais) conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

PL-CRÉD SUPLEM MFE OUTROS R\$ 839.651.997,00 (L5)

ÓRGÃO: 21000 - Ministério da Fazenda
SÉRIE/ANEXO: 25904 - Fundo de Solidariedade do Serviço Rural

ANEXO 1
PROGGRAMA DE TRABAJO SUPLEMENTARIO

DEPOIMENTO: 28600 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO

DRG/001 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
DRG/001-10014 - Fundo de Garantia para Promover o Comércio Exterior - FGBC

CÓMO DE TRABAJAR CON LOS MATERIALES
VÍNEKO!

22 122	12120AP 0001	Serviços de Auditoria e Controle - Nacional	5.700
			5.700
			0
			5.700

ÓRGÃO: MCT - Ministério do Turismo
UNIDADE: S4101 - Ministério do Turismo

ANEXO I **PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

Crédito Suplementar
Recursos de Todas as Fontes R\$ 1.000

28 846	291000057 0001	Educação, Ciência e Cultura - QES (MEC)	43.023
	291000069	Contribuição à Organização dos Estados Latino-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura - OEA (MEC) - Nacional	43.023
18 846	291000069 0001	Contribuição ao Centro Pan-Americanano de Febre Amazônica - PANAFTOSA (MAPA)	357.492
28 846		Contribuição ao Centro Pan-Americanano de Febre Amazônica - PANAFTOSA (MAPA) - Nacional	357.492
18 846	291000070 0001	Contribuição ao Protocolo de Kioto (MCT)	357.492
28 846	291000070 0002	Contribuição ao Protocolo de Kioto (MCT) - No Exterior	100.042
28 846	2910000BF	Contribuição à Comissão Internacional de Investigação Humanitária - IHFFC - IFFC - Pacifico (MRE)	100.042
28 846	2910000BF 0002	Contribuição à Comissão Internacional de Investigação Humanitária - IHFFC - Fact Finding (MRE) - No Exterior	100.042
19 846	2910000C	Contribuição à Presidência Latino-Americanana das Ciências Sociais - FLACSO (MRE)	3.706
28 846	2910000C 0001	Contribuição à Presidência Latino-Americanana das Ciências Sociais - FLACSO (MRE) - No Exterior	3.706
28 846	2910000BN	Contribuição ao Instituto Interamericano de Direito Internacional pela Unificação do Direito Internacional Privado - UNIDROIT (QES)	1.872
28 846	2910000BN 0001	Contribuição ao Instituto Interamericano de Direito Internacional Privado - UNIDROIT (MRE) - No Exterior	1.872
28 846	2910000BQ	Contribuição ao Instituto Pan-Americanano de Geografia e História - IPGH (MRE)	5.139
28 846	2910000BQ 0001	Contribuição ao Instituto Pan-Americanano de Geografia e História - IPGH (MRE) - No Exterior	5.139
28 846	2910000BQ	Contribuição ao Tratado da Antártida - TA (MRE)	63.063
28 846	2910000BQ 0002	Contribuição ao Tratado da Antártida - TA (MRE) - No Exterior	63.063
28 846	2910000BQ	Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA)	63.063
28 846	2910000BQ 0001	Contribuição à Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES (MMA) - No Exterior	63.063
28 846	2910000BQ	Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA (MRE)	1.820
28 846	2910000BQ 0002	Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA (MRE) - No Exterior	1.820
28 846	2910000BQ	Contribuição ao Centro Sul - CS (MRE)	1.870
28 846	2910000BQ 0001	Contribuição ao Centro Sul - CS (MRE) - No Exterior	1.870
28 846	2910000BQ	Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE)	28.614
28 846	2910000BQ 0002	Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) - No Exterior	28.614
28 846	2910000BQ	Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE)	28.614
28 846	2910000BQ 0001	Contribuição ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança - Protocolo de Cartagena (MRE) - No Exterior	28.614

18 846	0910 0010 0002	Contribuição ao Fundo Fluminense para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC)	112.076
18 846	0910 0110 0001	Contribuição à Associação Latino-Americana de Arquivistas - ALA (PRA) Nacional	112.076
23 845	09100110 0001	Contribuição à Associação Latino-Americana de Arquivistas - ALA (PRA) Nacional	993
18 846	0910 0112 0002	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol - França (OPI)	993
26 846	09100112 0002	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - Interpol - França (OPI) - No Exterior	347.568
28 846	0910 0146 0002	Contribuição ao Fundo de Patrimônio Mundial (MINC)	347.568
28 846	09100146 0002	Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial (MINC) - No Exterior	347.568
18 846	0910 0147	Contribuição à Federação Internacional dos Arquivistas de Filmes - FIAF (MINC)	183
28 846	09100147 0002	Contribuição à Federação Internacional dos Arquivistas de Filmes - FIAF (MINC) - No Exterior	183
28 846	0910 0155	Contribuição à Federação Internacional de Bibliotecas, Associação das Instituições - IFLA (MINC)	183
28 846	09100155 0003	Contribuição à Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições - IFLA (MINC) - No Estado do Rio de Janeiro	183
18 846	0910 0164	Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT (MITUR)	1.849
23 846	09100164 0002	Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT (MITUR) - No Exterior	1.849
24 846	0910 0190	Contribuição ao Conselho Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - UNFCCC (MCT)	811.780
23 846	09100190 0002	Contribuição ao Conselho Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima - UNFCCC (MCT) - No Exterior	811.780
18 846	0910 0208	Contribuição ao Conselho International para a Ciência - ICSU (MCT)	12.016
18 846	09100208 0002	Contribuição ao Conselho International para a Ciência - ICSU (MCT) - No Exterior	12.016
18 846	0910 0211	Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisas Astronômicas - SCAR (MCT)	22.826
28 846	09100211 0002	Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisas Astronômicas - SCAR (MCT) - No Exterior	22.826
18 846	0910 0218	Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (OMS)	3.688
28 846	09100218 0002	Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (OMS) - No Exterior	3.688
18 846	0910 0221	Contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS (OMS)	4.321.355
28 846	09100221 0002	Contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS (OMS) - No Exterior	4.321.355

28 846	0910 0186	Contribuição à Comissão International de Irrigação e Drenagem - ICID (MCT) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	3.411
28 846	0910 0187	Contribuição à Comissão International de Irrigação e Drenagem - ICID (MCT) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	3.411
28 846	0910 0287 0002	Contribuição à Comissão International de Irrigação e Drenagem - ICID (MCT) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	70.664
28 846	0910 0344	Contribuição à Organização Mundial das Aduanas - OMA (MFA) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	70.662
28 846	0910 0345 0002	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MFA)	P	3	2	80	0	388	164.053
28 846	0910 0345	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MFA) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	164.053
28 846	0910 0375	Contribuição à Associação Ibero-Americana de Tribunais de Justiça Pessoal ou Administrativa - ATI (MFA)	P	3	2	80	0	388	119.868
28 846	0910 0376 0002	Contribuição à Associação Ibero-Americana de Tribunais de Justiça Pessoal ou Administrativa - ATI (MFA) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	119.868
28 846	0910 0420	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	6.035
28 846	0910 0420 0002	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	6.035
28 846	0910 0489	Contribuição à Federação International de Astronáutica - IAF (MCT)	P	3	2	80	0	388	249.857
28 846	0910 0489 0002	Contribuição à Federação International de Astronáutica - IAF (MCT) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	513
28 846	0910 0799	Contribuição ao Conselho International do Desporto Militar - CISIM (MID) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	513
28 846	0910 0799	Contribuição ao Conselho International do Desporto Militar - CISIM (MID) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	513
28 846	0910 0870	Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE)	P	3	2	80	0	388	513
28 846	0910 0870 0002	Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	513
28 846	0910 0873	Contribuição à Organização International do Trabalho - OIT (MRE) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	6.100
28 846	0910 0873 0002	Contribuição à Organização International do Trabalho - OIT (MRE) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	6.100
28 846	0910 0981	Contribuição à Comissão International de Iluminação - CIE (MDIC)	P	3	2	80	0	388	444.054
28 846	0910 0981 0002	Contribuição à Comissão International de Iluminação - CIE (MDIC) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	444.054
28 846	0910 0989 Y 0002	Contribuição à Convenção de Zonas Únidas de Importância International (Roma, Irl, 1971) (OMM)	P	3	2	80	0	388	42.429
28 846	0910 0989 Y	Contribuição à Convenção de Zonas Únidas de Importância International (Roma, Irl, 1971) (OMM) - No Exterior	P	3	2	80	0	388	42.429

28 846	0910 098BC	Contribuição à Convenção International das Nações Unidas de Combate à Deserficação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Deserto (Convenção CCD) (MMA)	3.407
28 846	0910098C 0002	Contribuição à Convenção International das Nações Unidas de Combate à Deserficação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Deserto (Convenção CCD) (MMA) - No Exterior	3.407
28 846	0910 09866	Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE)	349.790
28 846	091009866 0002	Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE) - No Exterior	349.790
28 846	0910 09867	Contribuição à Autoridade International dos Fundos Marinhos - IFRM (MRE)	10.293
28 846	091009867 0002	Contribuição à Autoridade International dos Fundos Marinhos - IFRM (MRE) - No Exterior	10.293
28 846	0910 09870	Contribuição à Conferência da Flora de Direito International Privado - CNDIP (MRE)	47.120
28 846	091009870 0002	Contribuição à Conferência da Flora de Direito International Privado - CNDIP (MRE) - No Exterior	47.120
28 846	0910 09872	Contribuição à Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OOMPI (MRE)	83.996
28 846	091009872 0002	Contribuição à Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OOMPI (MRE) - No Exterior	83.996
28 846	0910 09875	Contribuição ao Tribunal Penal International - TPI (MRE)	3.126.284
28 846	091009875 0002	Contribuição ao Tribunal Penal International - TPI (MRE) - No Exterior	3.126.284
28 846	0910 0C346	Contribuição à Convenção de Controle das Movimentações Transfronteiriças de Resíduos Perigosos e seu Depósito e seu Transporte - Convenção de Basileia (MRE)	3.126.284
28 846	091009C46 0002	Contribuição à Convenção de Controle das Movimentações Transfronteiriças de Resíduos Perigosos e seu Depósito - Convenção de Basileia (MRE) - No Exterior	3.126.284
28 846	0910 0C347	Contribuição à Convenção sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes - Convenção de Rotterdam (MRE)	51.315
28 846	091009C47 0002	Contribuição à Convenção sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes - Convenção de Rotterdam (MRE) - No Exterior	51.315
28 846	0910 0C348	Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio International das Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos - Convenção de Rotterdam (MRE)	29.475
28 846	091009C48 0002	Contribuição à Convenção sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio International de Cetos Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos - Convenção de Rotterdam (MRE) - No Exterior	29.475
28 846	0910 0C56	Contribuição à Federarção International dos Arquivos de Filmes - FAIF (MJ)	3.134
28 846	091009C56 0002	Contribuição à Federarção International dos Arquivos de Filmes - FAIF (MJ) - No Exterior	3.134
TOTAL - FISCAL		18.751.194	
TOTAL - SEGURIDADE		0	
TOTAL - GERAL		18.751.194	

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da Unidade
UNIDADE: 71004 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO DE ENTREVISTAS

ÓRGÃO: 7000 - Transportes e Estradas, Distrito Pedreira e Mucugipe

UNIDADE: 73101 - Recursos e Supervisão do Ministério | ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO					PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO					FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO LOCALIZADOR/PRODUTO					VALOR	
		E	C	R	M	I	P	S	N	R	M	I	P	S	C	R	M	I	P	VALOR
004 124	0909 00011	Operações Especiais: Outros Encargos Pessoais	PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)					PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)					PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)					Recurso de Todas as Fazendas R\$ 1.00		
004 122	090900011 00111		OPERACOES ESPECIAIS					OPERACOES ESPECIAIS					OPERACOES ESPECIAIS					91.944		
		Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					91.944			
		Emissão de Rendimentos					Emissão de Rendimentos					Emissão de Rendimentos					92.944			
		Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Paz e Segurança					Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Paz e Segurança					Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Paz e Segurança					158.153			
		ATIVIDADES					ATIVIDADES					ATIVIDADES					158.153			
		Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Exércitos Territoriais (Lei 10.486/2002, Art.65)					Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Exércitos Territoriais (Lei 10.486/2002, Art.65)					Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Exércitos Territoriais (Lei 10.486/2002, Art.65)					258.452			
		Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Exércitos Territoriais (Lei 10.486/2002, Art.65) - Mato Grosso do Sul					Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Exércitos Territoriais (Lei 10.486/2002, Art.65) - Mato Grosso do Sul					Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Exércitos Territoriais (Lei 10.486/2002, Art.65) - Mato Grosso do Sul					258.452			
		TOTAL - FISCAL					TOTAL - FISCAL					TOTAL - FISCAL					351.396			
		TOTAL - SEGURIDADE					TOTAL - SEGURIDADE					TOTAL - SEGURIDADE					0			
		TOTAL - GERAL					TOTAL - GERAL					TOTAL - GERAL					351.396			
		CREDÍTOS SUPLEMENTARIAIS					CREDÍTOS SUPLEMENTARIAIS					CREDÍTOS SUPLEMENTARIAIS					400.000.000			
		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)					PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)					PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)					Recurso de Todas as Fazendas R\$ 1.00			
		Credito da Exterior					Credito da Exterior					Credito da Exterior					400.000.000			

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
SUBUNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão do Secretário do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

23 653	2014 0167	Equilíbrio de Juros para Promocão das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001)	4.000.000.000
21 691	20240267 0001	Equilíbrio de Juros para Promocão das Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) - Nacional	4.000.000.000
TOTAL - FISCAL			4.000.000.000
TOTAL - SEGURIDADE			0
TOTAL - GERAL			4.000.000.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25102 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

**ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

PÚBLICO	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ANÁLISE/LOCALIZAÇÃO/PRODUTO	Credito Suplementar						Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.000.000.000		
			E	S	O	N	R	M	T	F	VALOR
04 115	2110 20YF	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda									01.372.228
04 125	211020VF 0001	Parceria/Instrumento Institucional - Nacional									32.000.000
04 123	2110 104:	PROJETOS									32.000.000
04 122	21101041 0001	Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Fazenda em Brasília - Nacional	F	4	2	90	0	132			32.000.000
04 122	2110104X 0001	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP	F	4	2	90	0	132			7.900.000
04 122	2110104X 0001	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo - SP - Nacional	F	4	2	90	0	132			7.900.000
04 122	2110104X 0001	Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campinas - SP	F	4	2	90	0	132			100.000
04 122	2110104X 0001	Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campinas - SP - No. Estado de São Paulo	F	4	2	90	0	132			100.000
04 122	2110104X 0001	Construção do Edifício-Sede da Unidade do Ministério da Fazenda em Belém - PA	F	4	2	90	0	139			3.500.000
04 122	2110104X 0001	Construção do Edifício-Sede da Unidade do Ministério da Fazenda em Belém do Pará	F	4	2	90	0	132			3.500.000
04 122	2110104X 0001	Construção do Edifício-Sede da Unidade do Ministério da Fazenda em Porto Alegre - RS	F	4	2	90	0	132			6.512.000
04 122	2110104X 0001	Construção do Edifício-Sede da Unidade do Ministério da Fazenda em Porto Alegre - RS - No. Estado do Rio Grande do Sul	F	4	2	90	0	132			6.512.000
04 122	2110104X 0001	Construção do Edifício-Sede da Unidade do Ministério da Fazenda em Recife - PE	F	4	2	90	0	132			7.600.000
04 122	2110104X 0001	Construção do Edifício-Sede da Unidade do Ministério da Fazenda em Recife - PE - No. Estado de Pernambuco	F	4	2	90	0	132			7.375.228

110 1416	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro - RJ	P	4	2	90	0	132	7.375.228
110 1416 0033	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro - RJ - No Estado do Rio de Janeiro	P	4	2	90	0	139	7.900.000
110 1417	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP	P	4	2	90	0	139	7.900.000
110 1417 0035	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP - No Estado de São Paulo	P	4	2	90	0	139	7.900.000

DIRIGEÇAO: 23000 Ministério da Fazenda

PROJETOS											
2021 130061 2021 130061	2021 130061 2021 130061	Centro de Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA Construção da Infraestrutura Física e Laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA - Na Região Norte	F 4 2 90 0 174								
2029	2029	Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária	F 3 2 90 0 174								
2021 24011 2021 24011	2021 24011 2021 24011	Programa de Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental a) Municípios De Macapá e Santana (AP) Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental c Municípios de Macapá e Santana (AP) - Na Região Norte	F 3 2 90 0 174								
2021 130061 2021 130061	2021 130061 2021 130061	Programa de Gás e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	F 3 2 90 0 174								
PROJETOS											
2061	2061	Construção da Central de Fiscalização de Mercadorias para Zona Franca de Manaus Construção da Central de Fiscalização de Mercadorias para Zona Franca de Manaus - Na Região Norte	F 3 2 90 0 174								
TOTAL - FISCAL	TOTAL - SEGURIDADE		F 3 2 90 0 174								
TOTAL - GERAL			F 3 2 90 0 174								
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - GERAL											
TOTAL - G											

QUESTÃO: 71003 - Encartes Financeiros da União

II UXARI

BBBEGO: 71000 - Transferências a Entidades, Outros Recursos Municipais
BBBNDADE: 71101 - Recursos subordinados ao Ministério da Segurança

ANEXO II
PROGAMMA DE TRABAJO (CANTELLAMENTO)

Às páginas 3100 a 3103, republique-se o Projeto de Lei nº 38, de 2013-CN, por omissão gráfica de parte do anexo:

**PROJETO DE LEI
Nº 38, DE 2013-CN**
MENSAGEM Nº 118, DE 2013-CN
(nº 450/2013, na origem)

Abre ao Orçamento de Investimento para 2013, em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, crédito suplementar no valor de R\$ 455.020.300,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013) crédito suplementar no valor de R\$ 455.020.300,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, vinte mil e trezentos reais), em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura de crédito de que trata o art. 1º são oriundos de recursos para aumento do patrimônio líquido, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I, e do cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	455.020.300
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	61.314.061
781 - Transporte Aéreo	393.706.239
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	455.020.300
126 - Tecnologia da Informação	61.314.061
781 - Transporte Aéreo	393.706.239
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	61.314.061
2017 - Aviação Civil	353.131.994
2058 - Política Nacional de Defesa	40.574.245
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

62000 - Secretaria de Aviação Civil	455.020.300
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	455.020.300
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00 Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	379.161.526
6.2.0.0.00 Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	379.161.526
6.2.1.0.00 Tesouro	379.161.526
6.2.1.1.00.00 Direito	333.555.529
6.2.1.3.00.00 Saldos de Exercícios Anteriores	40.605.997
TOTAL GERAL	379.161.526
RECEITAS CORRENTES	0
RECEITAS DE CAPITAL	379.161.526

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte	455.020.300
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	61.314.061
781 - Transporte Aéreo	393.706.239
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte	455.020.300
126 - Tecnologia da Informação	61.314.061
781 - Transporte Aéreo	393.706.239
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	61.314.061
2017 - Aviação Civil	353.131.994
2058 - Política Nacional de Defesa	40.574.245
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	455.020.300
TOTAL GERAL	455.020.300

QUADRO SÍNTSE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	455.020.300
		455.020.300

QUADRO SÍNTSE POR RECEITA

6.0.0.00.00 Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	379.161.526
6.1.0.0.00 Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		379.161.526
6.2.1.0.00.00 Tesouro		379.161.526
6.2.1.1.00.00 Direto		338.555.519
6.2.1.3.00.00 Saldos de Exercícios Anteriores		40.605.997
	RECEITAS CORRENTES	379.161.526
	RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil**UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO****ANEXO I****Crédito Suplementar****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00****QUADRO SÍNTSE POR FUNÇÃO**

26 - Transporte	TOTAL GERAL	455.020.300
		455.020.300

QUADRO SÍNTSE POR SUBFUNÇÃO

126 - Tecnologia da Informação	TOTAL GERAL	61.314.061
781 - Transporte Aéreo		393.706.239
		455.020.300

QUADRO SÍNTSE POR FUNÇÃO/SUFPUNÇÃO

26 - Transporte	TOTAL GERAL	455.020.300
126 - Tecnologia da Informação		61.314.061
781 - Transporte Aéreo		393.706.239
		455.020.300

QUADRO SÍNTSE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	TOTAL GERAL	61.314.061
2017 - Aviação Civil		353.131.994
2050 - Políticas Nacionais de Defesa		40.874.345
		455.020.300

QUADRO SÍNTSE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	455.020.300
		455.020.300

QUADRO SÍNTSE POR RECEITA

6.0.0.00.00 Recursos de Capital - Orçamento de Investimento	TOTAL GERAL	379.161.526
6.1.0.0.00 Recursos para aumento do Patrimônio Líquido		379.161.526
6.2.1.0.00.00 Tesouro		379.161.526
6.2.1.1.00.00 Direto		338.555.519
6.2.1.3.00.00 Saldos de Exercícios Anteriores		40.605.997
	RECEITAS CORRENTES	379.161.526
	RECEITAS DE CAPITAL	0

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil**UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO****ANEXO I****Crédito Suplementar****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)****Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S P	G N D	R P D	M O D	I U	P T B	VALOR
0807		Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais							61.314.061
		ATIVIDADES							
26 126	0807 4103	Manutenção e Adquisição de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento							61.314.061
26 126	0807 4103 0001	Manutenção e Adquisição de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional	1	4-INV	2	90	0	495	61.314.061
									353.131.994
2017		Aviação Civil							

		ATIVIDADES		1	4-INV	3	90	0	495	339.430.950	
26.781	2017 4099	Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária									
	26.781	2017 4099 0001	Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária - Nacional							339.430.950	
		PROJETOS									
26.781	2017 145Y	Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju (SE)								858.770	
26.781	2017 145Y 0028	Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju (SE) - No Estado de Sergipe								858.770	
26.781	2017 1P54	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro - Santos Dumont (RJ)		1	4-INV	2	90	0	495	858.770	
26.781	2017 1P54 0033	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e do Sistema de Pistas e Pátios do Aeroporto do Rio de Janeiro - Santos Dumont (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro								12.842.274	
		2058								12.842.274	
		Política Nacional de Defesa								40.574.245	
		ATIVIDADES									
26.781	2058 2B41	Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo								40.574.245	
26.781	2058 2B41 0001	Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo - Nacional		1	4-INV	3	90	0	495	40.574.245	
TOTAL – INVESTIMENTOS										455.020.300	

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESI POR FUNÇÃO

26 - Transporte										75.858.774
										TOTAL GERAL

QUADRO SÍNTESI POR SUBPUNÇÃO

121 - Administração Geral										39.129.752
781 - Transporte Aéreo										36.729.022
										TOTAL GERAL

QUADRO SÍNTESI POR FUNÇÃO/SUFRUNÇÃO

26 - Transporte										75.858.774
122 - Administração Geral										39.129.752
781 - Transporte Aéreo										36.729.022
										TOTAL GERAL

QUADRO SÍNTESI POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais										39.129.752
2017 - Aviação Civil										36.729.022
										TOTAL GERAL

QUADRO SÍNTESI POR ÓRGÃO

62000 - Secretaria de Aviação Civil										75.858.774
										TOTAL GERAL

QUADRO SÍNTESI POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento										75.858.774
										TOTAL GERAL

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESI POR FUNÇÃO

26 - Transporte										75.858.774
										TOTAL GERAL

QUADRO SÍNTESI POR SUBFUNÇÃO

121 - Administração Geral										39.129.752
781 - Transporte Aéreo										36.729.022
										TOTAL GERAL

QUADRO SÍNTESI POR FUNÇÃO/SUFRUNÇÃO

26 - Transporte								13.858.774
122 - Administração Geral								39.129.752
281 - Transporte Aéreo								36.729.022
							TOTAL GERAL	75.858.774

QUADRO SÍNTSESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais								39.129.752
2017 - Aviação Civil								36.729.022
							TOTAL GERAL	75.858.774

QUADRO SÍNTSESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO								75.858.774
							TOTAL GERAL	75.858.774

QUADRO SÍNTSESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento								75.858.774
							TOTAL GERAL	75.858.774

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil**UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO**

ANEXO II								Crédito Suplementar
-----------------	--	--	--	--	--	--	--	----------------------------

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

QUADRO SÍNTSESE POR FUNÇÃO

26 - Transporte								75.858.774
							TOTAL GERAL	75.858.774

QUADRO SÍNTSESE POR SUBFUNÇÃO

122 - Administração Geral								39.129.752
781 - Transporte Aéreo								36.729.022
							TOTAL GERAL	75.858.774

QUADRO SÍNTSESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

26 - Transporte								75.858.774
122 - Administração Geral								39.129.752
781 - Transporte Aéreo								36.729.022
							TOTAL GERAL	75.858.774

QUADRO SÍNTSESE POR PROGRAMA

0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais								39.129.752
2017 - Aviação Civil								36.729.022
							TOTAL GERAL	75.858.774

QUADRO SÍNTSESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento								75.858.774
							TOTAL GERAL	75.858.774

ÓRGÃO: 62000 - Secretaria de Aviação Civil**UNIDADE: 62213 - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO**

ANEXO II								Crédito Suplementar
-----------------	--	--	--	--	--	--	--	----------------------------

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	B R A	O N D	R P	M O	I U	P T	VALOR
0807 Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais									
26 122	0807 4102	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos							39.129.752
26 122	0807 4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos - Nacional	1	4-INV	2	90	0	495	39.129.752
2017 Aviação Civil									
PROJETOS									
26 781	2017 1028	Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pedro Martínez - Fortaleza (CE)							10.852.232
26 781	2017 102140023	Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pedro Martínez - Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	1	4-INV	3	90	0	495	10.852.232
26 781	2017 145X	Adequação do Aeroporto de Macaé (RJ)							25.876.790
26 781	2017 145X 0033	Adequação do Aeroporto de Macaé (RJ) - No Estado do Rio de Janeiro							25.876.790
		Obra executada (percentual de execução física): 54	1	4-INV	3	90	0	495	25.876.790
TOTAL - INVESTIMENTOS									
									75.858.774

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados²

COMPOSIÇÃO³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente:^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Aníbal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ihoshi (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.
- 9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.
- 10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.
- 11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.
- 12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.
- 14- Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMPOSIÇÃO

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Morais (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	1
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin^{15, 20 e 27}

Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro^{15, 20 e 27}

Relator: Deputado Sarney Filho^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013^{15, 20 e 27}

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. 7 e 17
22	5. 22
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Valdir Raupp ^{3, 14, 29, 33 e 35}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. 3, 29
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. 3, 19 e 29
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. Jayme Campos ^{2, 24 e 34}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. 6, 10, 28, 30, 31 e 32
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. 8, 9 e 12
	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ciro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17-12-2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 32- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 33- Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
- 34- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas – DEM.
- 35- Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Alfredo Syrkis (PSB/RJ) ^{2, 17 e 23}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13, 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodizio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nº s 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sámy Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janele Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
- 21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Olávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebeca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
- 22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Alfredo Syrkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ^{3,6,7,8 e 9} 2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL ²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
- 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
- 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
- 6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
- 8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
- 9- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino ⁴
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> NILSON LEITÃO (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> MÁRIO COUTO (PSDB-PA) ³
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> WALDEMAR MOKA (PMDB-MS) ⁵
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

(Atualizada em 13.02.2014)

Notas:

- 1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).
- 2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
- 3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
- 4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
- 5- Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal – Anexo II - Térreo
 Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
 E-mail: scop@senado.gov.br
 Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER – CMCVM
(Resolução nº 1, de 2014-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:**
Vice-Presidente:**Senado Federal**

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCPLP
(Resolução nº 2, de 2014-CN)**COMPOSIÇÃO****Presidente:**
Vice-Presidente:**Senado Federal**

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

Presidente: Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Vice-Presidente: Deputado André Vargas
Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO N° 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹
Prazo Final: 11-5-2013 ²
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²
Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³
Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴
Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014 ⁵

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.
- 5- Nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO N° 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Prazo Final: 30-9-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Prazo Final Prorrogado: 22-12-2014¹³

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	

Senado Federal

Titulares	Suplentes⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea “a” do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8-Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 - GSKAAB.

9- Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10- Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11- Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12- Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

13 - Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscep@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²

Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI N° 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3^a Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES

Coordenador: Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Coordenador: Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Kruel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²**Designação:** 07.05.2013**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÉDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
EDUARDO AZEREDO	
Vago ^{4, 11 E 12}	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁸
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPILCY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁶	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
ALFREDO NASCIMENTO	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. N° 759/2013-PSDB.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. N° 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
- 12- Vago em virtude do Deputado Luiz Carlos Hauly ter solicitado o seu afastamento, conforme OF. GAB. N° 018/2013 – PSDB.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
 Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

- Presidente:** Deputado Ruben Martinez Huelmo (Uruguai)
Vice-Presidente: Senadora Beatriz Rojkes de Alperovich (Argentina)
Vice-Presidente: Senador Roberto Requião (Brasil)
Vice-Presidente: Senador Tomás Enrique Bittar Navaro (Paraguai)

Designação: 02.12.2013

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
 Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
 e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054 **GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054 **GESTÃO - 00001** **COD. - 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br> código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima
EMISSÃO DE GRU SIAFI.

**OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS
SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ
FORNECIDO GRATUITAMENTE.**

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF**

CNPJ: 00.530.279/0005-49

**Edição de hoje: 96 páginas
(O.S. 10596/2014)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

